



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTAO AMBIENTAL**

AMANDA CHRISTINA GOMES TABOSA PEREIRA

**REDE DE CIDADES DA APRENDIZAGEM - UMA NOVA PERSPECTIVA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Estudo de caso do município de Jaboatão dos Guararapes-
Pernambuco, Brasil**

Recife, 2018

AMANDA CHRISTINA GOMES TABOSA PEREIRA

**REDE DE CIDADES DA APRENDIZAGEM - UMA NOVA PERSPECTIVA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Estudo de caso do município de Jaboatão dos Guararapes-
Pernambuco, Brasil.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Prof. Dra. Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso
Orientadora

Prof. Dra. Marília Regina Costa Castro Lyra
Co-Orientadora

Recife, 2018

AMANDA CHRISTINA GOMES TABOSA PEREIRA

**REDE DE CIDADES DA APRENDIZAGEM - UMA NOVA PERSPECTIVA DE
EDUCAÇÃO: Estudo de Caso Do Jaboatão dos Guararapes**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco como parte integrante dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão Ambiental.

Data da aprovação: 08 / 06 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso
Orientadora- IFPE

Prof. Dra. Marília Regina Costa Castro Lyra
Co-Orientadora-IFPE

Prof. Dra. Sofia Suelly Ferreira Brandão Rodrigues
Examinador Interno - MPGA

Prof. Dra. Doriele Andrade Duvernoy
Examinador Externo –UPE

Prof. Dr. Marcos Morais Valença
Examinador Externo- IFPE

Dedico este trabalho à minha filha **Marina Flor-de-Lis**, que me acompanhou durante toda esta trajetória e de quem foi roubado precioso tempo de convívio.
Você é a razão da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Devemos sempre agradecer por TUDO que aqui nos é concedido, a DEUS.

Pelo amor inenarrável e todos os sorrisos ‘banguelos’ que me motivaram diariamente, à minha FILHA amada, MARINA FLOR-DE-LIS

Pela vida, investimento na educação, confiança e zelo, à minha MÃE, FÁTIMA COUTO.

Pelo carinho, compreensão pelas horas ausentes e pelo maior incentivo, ao meu ESPOSO, CARLINHOS.

Pelos incentivos e amor a mim dispensados gratuitamente, à minha IRMÃ, ALYNNE CRYSTIANE e sobrinhos amados, DANIEL E MIGUEL.

Pelo amor desmedido e por ser o caçulinha mais traquino, ao meu IRMÃO, PEDRO.

Pela vida e amor, ao meu PAI, ALUIZIO.

Pelo acompanhamento, correções, estímulo e dedicação, à minha orientadora, professora e amiga, NÚBIA FRUTUOSO.

Pelo auxílio e atenção, carinho e acompanhamento, à minha co-orientadora, amiga e professora de longas datas, MARÍLIA CASTRO.

Pelo aporte teórico, “puxões de orelha” e carinho, à Coordenadora deste Programa, Professora RENATA CAMINHA.

Pelas risadas, camaradagens, auxílios, companhias, incentivo e carinho, a todos os AMIGOS da MPGA 2016.1.

Pelo incentivo, empréstimo de livros e disponibilidade, ao amigo e professor, SAUL CAMPOS.

Agradeço a todo CORPO DOCENTE que compõe o Programa de Pós Graduação em Gestão Ambiental do IFPE, por toda dedicação e paciência.

Pela presteza de atendimento e disponibilidade, a toda EQUIPE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES.

Pela excelente recepção e atendimento às solicitações, à EQUIPE GESTORA da escola participante.

E por fim, a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste sonhado trabalho, meu MUITO OBRIGADA!

**“É preciso que eu suporte duas ou três
larvas se quiser conhecer as borboletas”**

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

Esta pesquisa apresenta discussões acerca da Política da Rede de Cidades da Aprendizagem e tem como objetivo analisar o processo de adesão e permanência do Município de Jabotão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem, conforme determinam as Políticas Macroestruturadoras da UNESCO. Visa contribuir com a construção e consolidação do projeto do referido município para sua inserção e permanência a esta Rede. Este trabalho buscou apresentar um importante estudo de revisão de literatura, de análise documental, com relevante contribuição propriamente social, visto que poderá contribuir diretamente com o aprimoramento da gestão pública de Jabotão dos Guararapes. Trata-se de um Estudo de Caso, na perspectiva de Minayo (2001), o qual se debruça sobre as particularidades e complexidade de uma política municipal contemporânea, compreendendo um caso singular, permitindo assim, um estudo mais concreto. Para tanto, foram realizadas entrevistas com gestores de educação, registros fotográficos do território e de escolas engajadas com a Política, além de levantamentos bibliográficos acerca da referida temática. Os dados coletados e analisados possibilitaram perceber que Jabotão dos Guararapes já executa e implementa as Características-chaves da Política da Rede de Cidades da Aprendizagem, determinadas pela UNESCO. Entretanto, notou-se que não há uma sistematização e inexistência alguma política municipal que referenda essa vinculação à mencionada Rede, bem como há ineficiência na divulgação dessa política no território. Sendo assim, apresentamos, nas considerações deste trabalho, como produto final, uma Carta de Intencionalidade, com sugestões de estratégias a serem efetivadas pelo município, a fim de implementar essa política mundial no território, bem como auxiliar na sistematização de ações que já são executadas e/ou sugerir novas ações ao seu Plano de Metas para Rede de Cidades de Aprendizagem, com vistas a conceber esta política, de modo perene, independentemente do gestor que esteja a frente do município.

Palavras-chave: Políticas Macroestruturadoras da UNESCO; Educação Ambiental; Cidades de Aprendizagem;

ABSTRACT

This research presents discussions about the Policy of the Network of Learning Cities and aims to analyze the process of adherence and permanence of the Municipality of Jaboatão dos Guararapes to the Network of Learning Cities, as determined by the Macro-structuring Policies of UNESCO. It aims to contribute to the construction and consolidation of the project of said municipality for its insertion and permanence in this Network. This paper aimed to present an important literature review study, with a relevant social contribution, since it could directly contribute to the improvement of the public management of Jaboatão dos Guararapes. It is a Case Study from Minayo (2001), which focuses on the particularities and complexity of a contemporary municipal policy, comprising a singular case, allowing a more concrete study. For that, interviews were conducted with education managers, photographic records of the territory and schools engaged with the Policy, as well as bibliographical surveys about the subject. The data collected and analyzed made it possible to realize that Jaboatão dos Guararapes already executes and implements the Key Characteristics of the Policy of the Learning Cities Network, determined by UNESCO. However, it was noted that there is no systematization and there is no municipal policy that refers to this link to the mentioned Network, as well as inefficiency in the dissemination of this policy in the territory. Thus, we present in the considerations of this work, as final product, a Letter of Intent, with suggestions of strategies to be implemented by the municipality, in order to implement this global policy in the territory, as well as assist in the systematization of actions that are already performed and / or suggest new actions to its Learning Plan for Learning Cities Network, with a view to designing this policy, perennially, independently of the manager who is in front of the municipality.

Keywords: UNESCO Macro-Structuring Policies; Environmental Education; Learning Cities

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Mapa do Município do Jaboatão dos Guararapes.....	42
Figura 2 -	Cidades-membro da Rede de Cidades de Aprendizagem ilustradas no Mapa-mundi.....	48
Figura 3-	Ilustração das cidades brasileiras vinculadas à Rede de Cidades de Aprendizagem	49
Figura 4 -	Documentos norteadores da Rede de Cidades de Aprendizagem.....	50
Figura 5 -	Lista de Cidades-membro da Rede de Cidades de Aprendizagem/UNESCO 2018.....	59
Figura 6 -	Título do Protocolo de Adesão de Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem.....	59
Figura 7 -	Atividades de Educação Ambiental implementadas em Jaboatão dos Guararapes	64
Figura 8-	Vivência da Caminhada da Paz na C1.....	76
Figura 9 -	Vivências escolares relacionadas à implantação de hortas.....	77
Figura 10 -	Culminância da Semana da Francofonia em alusão à intercambialidade das culturas brasileiras e francesas.	77
Figura 11 -	Formatura dos estudantes da C1, do curso de Bombeiros-mirins	78
Figura 12 -	Atividades vivenciadas na C1 com oficinas de reutilização de materiais e atividades	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável publicados na Rio+20.....	28
Quadro 2	Quadro-síntese das áreas de atuação do Programa de Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida (PPALV).....	32
Quadro 3	Temáticas abordadas nas entrevistas junto aos Gestores Municipais e/o Escolares pesquisados.....	44
Quadro 4	Síntese pontuando os avanços da Rio+92 à Rio+20.....	46
Quadro 5	Síntese dos Projetos das Cidades de Aprendizagem premiadas em 2017..	53
Quadro 6	Agrupamento por Categorias de Atuação dos Projetos das Cidades-destaque 2017.....	52
Quadro 7	Resumo comparativo dos Protocolos de Adesão de Jaboatão dos Guararapes (PE) e Contagem (MG).....	57
Quadro 8	Secretarias Municipais e Executivas que atuam com Educação Ambiental em Jaboatão dos Guararapes.....	63
Quadro 9	Descrição das Atividades de Educação Ambiental desenvolvidas em Jaboatão dos Guararapes, com respectivas Secretarias responsáveis e breve descrição das ações.....	63
Quadro 10	Sistematização das ações executadas por Jaboatão dos Guararapes que corroboram com seu vínculo à Rede de Cidades de Aprendizagem.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EA	Educação Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PPALV	Programa de Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida
RVA	Reconhecimento, Validação e Acreditação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEA	Programa de Escolas Associadas
CONSEMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SEMAG	Secretaria Executiva De Meio Ambiente E Gestão Urbana
SEE	Secretaria Executiva De Educação
SESURB	Secretaria Executiva De Serviços Urbanos E Manutenção
SEDETUR	Secretaria Executiva De Desenvolvimento Econômico E Turismo
SEPS	Secretaria Executiva Promoção Da Saúde
SESC	Secretaria Executiva De Segurança Cidadã

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	OBJETIVOS.....	18
1.1.2	OBJETIVO GERAL.....	18
1.1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2	POLÍTICAS MACROESTRUTURADORAS SOBRE MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO.....	19
2.1	POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE/ ONU-UNESCO NO ÂMBITO INTERNACIONAL.....	20
2.1.2	POLÍTICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	23
2.1.3	AGENDA 21	25
2.1.4	AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	27
2.2	REDE PLANETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CIDADES DE APRENDIZAGEM.....	29
2.2.1	REDE PLANETÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	29
2.2.2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO DE CIDADES DA APRENDIZAGEM.....	30
2.2.3	CONCEITO DE CIDADES DE APRENDIZAGEM.....	32
2.2.4	REDE DE PROGRAMA DE ESCOLAS ASSOCIADAS A UNESCO (PEA).....	34
2.3	JABOATÃO DOS GUARARAPES ENQUANTO CIDADE DE APRENDIZAGEM.....	35
2.3.1	BREVE RESGATE HISTÓRICO	35
2.3.2	DESENVOLVIMENTO LOCAL EM JABOATÃO DOS GUARARAPES	35
2.3.3	O PAPEL DA GOVERNANÇA LOCAL	37
2.3.4	POLÍTICAS PÚBLICAS EM JABOATÃO DOS GUARARAPES.....	38
3	METODOLOGIA.....	40
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL.....	41
3.2	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	42
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
4.1	ANÁLISE DAS POLÍTICAS.....	45

4.2	POLÍTICAS AMBIENTAIS DA UNESCO RELACIONADAS COM A REDE DE CIDADES DA APRENDIZAGEM.....	47
4.3	ANÁLISE DOS PROJETOS DOS MUNICÍPIOS-DESTAQUES NA REDE DE CIDADES DE APRENDIZAGEM – 2017.....	52
4.4	JABOATÃO DOS GUARARAPES ENQUANTO CIDADE DE APRENDIZAGEM.....	57
4.4.1	DO PROCESSO DE ADESÃO.....	58
4.4.2	PANORAMA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO: FRAGILIDADES.....	60
4.4.3	AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INICIATIVAS EXISTENTES.....	61
4.4.4	PAPEL DAS ESCOLAS NA CONTRIBUIÇÃO DESTAS DISCUSSÕES.....	65
4.4.4.1	ENTREVISTA COM A GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	66
4.4.5	EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA <i>PRÁXIS</i> ESCOLAR EM JABOATÃO DOS GUARARAPES.....	74
4.4.5.1	ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO FRENTE À REDE DE CIDADES DE APRENDIZAGEM	75
4.4.6	ENTREVISTA COM A GESTORA ESCOLA C1.....	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
6	PRODUTO FINAL: CARTA DE INTENCIONALIDADE AO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES PARA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE REDE DE CIDADES DE APRENDIZAGEM.....	89
7	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

A atual crise planetária na qual vivemos é derivada de atitudes impensadas do homem para com o meio ambiente. Existem séculos de degradação ambiental (in)justificada em prol de práticas desenvolvimentistas, beneficiando-se sempre a economia, em detrimento do meio ambiente e das conquistas sociais.

Com a crescente demanda demográfica e uso extremo dos recursos naturais de modo intenso e desmedido, aliados à ampliação dos mercados e economia, a sociedade se vê enclausurada em um processo cíclico de destruição do meio ambiente. Como se trata de décadas de degradação, é inevitável que se busquem estratégias vislumbrando a mudança de comportamento de toda uma sociedade. Neste sentido, a educação se apresenta como eixo estratégico principal, fomentando a quebra de paradigmas e a reconstrução de um pensamento em prol do meio ambiente, a partir de uma cidadania planetária (GUTIÉRREZ,2008).

“Educar-se, é impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana”. Sendo assim, é urgente que se utilize de práticas dessa nuance para a formação de um cidadão ambiental planetário, na busca pela interface com demais territórios a fim de encontrar soluções e obrigações éticas, através de discussões e conhecimentos, protagonizados pela educação ambiental, as quais vinculem a sociedade ao meio ambiente, de modo a conceber as práticas reais de desenvolvimento sustentável.

A Educação, portanto, apresenta-se como um caminho para tornar as cidades mais sustentáveis. O aprendizado escolar, promovido pelos municípios deve permear discussões que corroborem com a formação de um cidadão planetário, especialmente no caso do Jabotão dos Guararapes, como uma “cidade aprendente”, a qual deve promover e executar políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento sustentável e cidadania planetária, conforme sugerem as Políticas macroestruturadoras da UNESCO, na Rede de Cidades de Aprendizagem.

Historicamente, foram criados importantes instrumentos e políticas internacionais com vistas à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente equilibrada, tais como a Agenda 21 Global, Protocolo de Kyoto, Carta da Terra, enfim, inúmeras políticas e instrumentos de regulação ambiental- em sua maioria de caráter reativo- com alcance global, de curto, médio e longo prazo.

Várias discussões permearam o âmbito internacional no que concerne a Educação Ambiental. Dentre elas, destaca-se a ocorrida no final do século XX com a temática Meio Ambiente- em 1972 – sendo a primeira conferência internacional, como tentativa de resposta

ao modelo de globalização econômica que movia(e) o mundo e seus interesses, como aponta Guimarães *et al* (2012). Apenas vinte anos depois, essa temática passa a ser abordada novamente, de modo mais sistemático, na conhecida Cúpula da Terra.

A Rio-92 tenta consolidar a ideia de novas bases para o desenvolvimento econômico, considerando também os aspectos sociais e ambientais, até então desconSIDERADOS nos cálculos do crescimento econômico. Sabendo-se que os moldes de economia da época estavam ultrapassados, diante dos novos desafios da sociedade moderna. Nesta Conferência foi dada ênfase às políticas ambientais, limitadas apenas à sua função simbólica, sem a formulação de estratégias consistentes voltadas a mudança de atitudes (GUIMARÃES *et al*, 2012).

Ocorre então, a Rio +20, que se deu com pouca ousadia, com relação a mudanças de perfis de exploração da natureza, e procurou a reafirmação de pactos já estabelecidos pela comunidade internacional, visto que o objetivo da Conferência foi “o de garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, a avaliação do progresso alcançado e das lacunas na implementação dos resultados das reuniões de cúpulas mais importantes sobre o desenvolvimento sustentável, e a identificação de desafios novos e emergentes” (BRASIL, 2016). Entretanto, nesta fase já existe uma preocupação com a implementação de uma Educação Ambiental mais atuante, já existem legislações e Parâmetros Nacionais os quais tornam essa temática transversal de vivência obrigatória no eixo formal.

Assim, esta pesquisa surge da inquietação da pesquisadora, ora servidora do município, acerca da problemática ambiental local, aliada ao processo de adesão de Jabotão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem. Tendo em vista que a mesma possui formação em Gestão Ambiental e pôde observar diversas ações voltadas à Educação Ambiental são executadas, no território, e que essas ações deveriam corroborar com o projeto de um município que se propunha ao título de “Cidade de Aprendizagem”.

É importante relatar que a pesquisadora teve a oportunidade de estar à frente de alguns projetos promovidos pela rede de ensino local, os quais promoveram a formação docente e discente, no que concerne à disseminação de prática ambientais, tais como o “Projeto Escolas Sustentáveis” - o qual a escola estudada nesta pesquisa fez parte, como foco do projeto-piloto, projeto “Recreio Ambiental”, dentre outros que foram executados nesta urbe, com este foco.

Como resultado dessas inquietações e ao buscar uma maneira de contribuir socialmente com o município ao qual serve há sete anos, a mesma resolveu se aprofundar no que concerne às discussões mais amplas sobre a Rede de Cidades de Aprendizagem, a partir de um olhar mais contextualizado de Jabotão dos Guararapes, sabendo-se que o foco dessa

política macroestruturadora é promover uma “aprendizagem ao longo da vida”, estimulando assim, uma cidadania planetária, com vistas a enquadrar-se nos princípios norteadores da Declaração de Pequim sobre Cidades da Aprendizagem, criada em setembro de 2015.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo analisar o processo de adesão e permanência do Município de Jaboaão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem, conforme as Políticas Macroestruturadoras da UNESCO, ainda discutindo a importância da concepção de “Cidades da Aprendizagem”, para o desenvolvimento educacional do Município de Jaboaão dos Guararapes, em consonância com os documentos norteadores da referida política estabelecida pela UNESCO.

Observar-se-ão aspectos relacionados às suas políticas educacionais e ambientais, baseados nos critérios norteadores das políticas macroestruturadoras que regem a Rede de Cidades da Aprendizagem. Oportunamente, pergunta-se: Qual a real importância de pertencer a uma Rede mundial que trata sobre educação e meio ambiente? Jaboaão dos Guararapes possui as características e princípios que regem essas políticas? Quais os desafios que o município terá que travar para permanecer vinculado à Rede, de acordo com sua realidade específica, fragilidades e possíveis potencialidades? As escolas deste Município promovem uma “aprendizagem ao longo da vida”? O que faz uma cidade ser “aprendente”?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o processo de adesão do município de Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades da Aprendizagem, conforme as Políticas Macroestruturadoras estabelecidas pela UNESCO.

1.1.2 Objetivos específicos

- Analisar a configuração das Políticas Ambientais da UNESCO, no que se referem às “Cidades da Aprendizagem”;
- Analisar os projetos dos Municípios “destaques” do processo de adesão às políticas da Rede de Cidades da Aprendizagem.
- Discutir a importância da concepção de “Cidades da Aprendizagem”, para o desenvolvimento educacional do Município de Jaboatão dos Guararapes, em consonância com os documentos norteadores estabelecidos pela UNESCO;
- Identificar no Município do Jaboatão dos Guararapes, as proposta de Educação das Escolas associadas à UNESCO, que efetivam ações práticas norteadas pela Rede de Cidades da Aprendizagem;
- Contribuir com a consolidação do projeto de Jaboatão dos Guararapes manter-se vinculado à Rede de Cidades de Aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está subdividida em três subitens, o primeiro trata das **POLÍTICAS MACROESTRUTURADORAS SOBRE MEIO AMBIENTE** e apresenta os seguintes desdobramentos teóricos considerados mais relevantes para a contextualização deste estudo: **Políticas De Meio Ambiente/ Onu-Unesco No Âmbito Internacional, Políticas Nacionais De Educação Ambiental, Agenda 21, Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.**

O segundo subitem trata da **REDE PLANETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CIDADES DE APRENDIZAGEM** desta seção está subdividido em **Rede Planetária De Educação Ambiental, Educação Ambiental Para Construção De Cidades Da Aprendizagem, Rede De Cidades De Aprendizagem, Conceito De Cidades De Aprendizagem e Programa De Escolas Associadas A Unesco (PEA/UNESCO).**

E por fim, o último subitem, que é nomeado **Jaboatão dos Guararapes enquanto Cidade de Aprendizagem.**

2.1 POLÍTICAS MACROESTRUTURADORAS SOBRE MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO

É inegável a importância da formulação e execução de Políticas Públicas eficazes, especialmente daquelas que tratam sobre educação e meio ambiente. Segundo Gadotti(2001), os problemas urbanos são consequência de um modelo econômico que se baseia no crescimento a todo custo, mas são agravados especialmente pela falta de um planejamento que deveria ser orientado por Políticas Públicas eficazes, especialmente àquelas relacionadas com a educação e com o meio ambiente. A criação dessas políticas de humanização deve ser voltada à democratização da cidadania, e tem, segundo o autor, um papel importante para a disseminação de uma *educação sustentável*.

Sabe-se que desde a década de 1970, vem se discutindo, em conferências mundiais, a temática “Meio Ambiente”, através das conhecidas “conferências mundiais temáticas” das Nações Unidas. Dentre elas, podem-se destacar as principais, como a ocorrida em Estocolmo, que se apresenta como um marco referencial, por ser a primeira a discutir Políticas Ambientais, de modo mais sistemático, segundo Coelho (1994). Durante o auge econômico do século 20, a crise ambiental que assolou este período e evolui até os dias de hoje, fundamentou as discussões das diversas conferências ocorridas, tais como a Rio 92, Rio+10,

Rio+20, Carta da Terra, Agenda 21, Protocolo de Kyoto, dentre outras discussões desta nuance, de cunho internacional as quais resultaram em diversas Políticas Macroestruturadoras que norteiam as ações dos Estados no que concerne à efetivação de uma educação voltada para a formação integral do cidadão. Neste capítulo, discutiremos essas Políticas Macroestruturadoras sobre meio ambiente e educação.

2.1.1 POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE/ ONU-UNESCO NO ÂMBITO INTERNACIONAL

As políticas ambientais têm se constituído motivos de preocupações nos eventos internacionais sobre meio ambiente, tendo em vista que, historicamente, a atenção do planeta para a crise ambiental fora despertada inicialmente, em 1972, em Estocolmo, onde se percebe o marco inicial das discussões acerca do desgaste dos recursos naturais e sua finitude, em detrimento do crescimento econômico.

A partir da ampliação do debate acerca da limitação dos recursos naturais, acentuado pela crise do petróleo, que antes era encarada como um bem inesgotável, essa crise acabou por acarretar danos à economia e à sociedade, provocando questionamentos a respeito dos modelos de desenvolvimento estimulados, naquela época (PHILIPPI JR. *et al*, 2013).

Coelho (1994) historia as conferências com temáticas ambientais, realizadas pelas Nações Unidas, nesse período, as quais nortearam e norteiam, até os dias de hoje, os debates desse âmbito:

Conferência de População, em 1974, a de Recursos Hídricos, em 1975, a de Estabelecimentos Humanos, em 1976, a de Desertificação, em 1977, a da Mulher, em 1978, e a de Fontes Novas ou Renováveis de Energia, em 1981(...)a Convenção de Londres sobre Lançamento de Dejetos por Navios, de 1972, a Convenção sobre Espécies da Flora e Fauna Ameaçadas de Extinção, de 1973, ou a Convenção Europeia sobre Poluição Transfronteiriça, de 1979. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982[...] (COELHO, 1994, p.13).

Em 1983 foi criada pela Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD. Esta comissão, durante a avaliação da Conferência de Estocolmo, ocorrida após 10 anos do evento. Tem como objetivo promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O trabalho surgido dessa Comissão, em 1987, é o documento “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum) ou, como é bastante conhecido, Relatório Brundtland.

Apesar das amplas discussões e marcos teóricos difundidos pelo documento, sabe-se que até hoje, mais de três décadas após sua elaboração, é necessário depreender muitos

esforços, conjuntamente, para alcançar o referido “desenvolvimento sustentável”, como corrobora Holden *et al.* (2014) “*Thus, achieving sustainable development is still high on the international and national agendas 25 year after the concept was launched with the publication of Our Common Future, commonly referred to as the Brundtland Report*”.

O Relatório Brundtland propôs-se a mostrar que o crescimento é possível quando todos os países, especialmente aqueles da periferia, seguem suas normas, em oposição aos “Limites do Crescimento”, apresentando uma visão otimista, de modo contrário ao último. O relatório expõe catástrofes mundiais, como a seca prolongada na África, os acidentes nucleares de Tchernobyl, um vazamento em uma fábrica de pesticidas na Índia e de produtos tóxicos no Rio Reno. Há uma visão otimista neste relatório, baseando-se no entendimento de que a humanidade seria capaz de reorganizar suas atividades de acordo com os limites do planeta.

Neste sentido, é importante conceituar o termo “sustentabilidade”, cujo significado fora dado pela primeira vez, durante a Rio 92, e é definida pela *World Commission on Environment and Development* da ONU (1987,p.16) como a “habilidade de fazer o desenvolvimento sustentável, garantindo que atenda as necessidades dos presentes sem comprometer as futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades”. E quando unimos os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento”, por vezes, equivocadamente, temos a ideia antitética e dualista desses vocábulos, atribuindo ao primeiro, apenas preocupações ecológicas e ao segundo, apenas práticas capitalistas de crescimento.

Ampliaram-se então, as reflexões sobre acidentes ambientais, modos de produção e limites da natureza. Nesse contexto, ocorreu o primeiro debate mundial, com ampla participação de países desenvolvidos e em desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. Sendo considerado um marco na universalização da temática ambiental, enaltecendo o direito das pessoas a uma vida com dignidade e bem estar (PNUMA, 2002).

Segundo Guimarães *et al* (2012) a década de noventa foi marcada por mudanças significativas no debate internacional acerca dos problemas ambientais, quando na “Rio 92” foram lançadas as bases para uma nova concepção de desenvolvimento, como corrobora o autor. O conceito de desenvolvimento sustentável estabeleceu-se neste evento, sendo denominado como um processo de transformação dos recursos, reorientado, através de mudanças institucionais de relacionamento harmônico entre a natureza e a economia, objetivando atender às necessidades do indivíduo no presente e das gerações futuras.

Conforme afirma Viola *et al* (2012), a referida conferência foi de suma importância

para a gestão cooperativa dos recursos ambientais comuns, resultando na geração de cinco instrumentos normativos importantes: as Convenções de Mudança do clima, de Biodiversidade, e de Desertificação, a Declaração do Rio, e a Agenda 21.

Com vistas às mudanças atitudinais, no trato com a natureza, buscando o equilíbrio entre os pilares da sustentabilidade, sendo um dos resultados mais significativos, a assinatura da "Agenda 21 Global" - um acordo estabelecido entre 179 países- mostra-se um documento estratégico, visando fomentar em escala planetária um novo modelo de desenvolvimento que modifique os padrões de consumo.

Em 2012, aconteceu a Rio+20, a qual preconizou a busca pela cooperação entre as nações, em prol da manutenção do capital natural, observando-se os limiares planetários (VIOLA,2012). Nesse cenário da Rio+20, o aspecto Governança Planetária se fez presente, com o intuito de administrar as fronteiras globais, sendo esse um dos maiores desafios da Organização das Nações Unidas (ONU), visto que, a inexistência de elevados índices de cooperação internacional em prol do meio ambiente e de seu equilíbrio, torna o desafio dessa governança praticamente impossível, como corrobora Viola e Franchini (2012).

A conferência, de modo geral, centrou-se em dois temas: 1) economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e 2) governança internacional para o desenvolvimento sustentável. Discutiu-se muito acerca da temática desenvolvimento sustentável e os limites dos recursos naturais disponíveis para tal, como corrobora Holden *et al* (2014) “*Unquestionably, sustainable development still is an important concept, which was clearly illustrated at the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20)*”. A referida conferência evidencia a grave defasagem entre crise sistêmica e a consciência pública global sobre o problema, e apresenta como resultado, uma política tímida, conservadora, inadequada e ineficiente.

Como resultados, a conferência Rio+20, apresentou o documento final "O Futuro que Queremos", atentando-se aos interesses dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Dentre seus principais resultados, merece ênfase o compromisso assumido pelos Estados com a erradicação da pobreza extrema. Além do lançamento de processo intergovernamental para a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a criação do Foro Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e o incentivo ao fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Como resultado também se pode apresentar os mais de 700 (setecentos) compromissos que governos, empresários e outros parceiros da sociedade civil registraram com vistas a ações concretas e necessidades específicas (BRASIL, 2016).

Por fim, a Rio+20 resultou na busca pela cooperação entre as nações, em prol da manutenção do capital natural, observando-se os limiares planetários (VIOLA, 2012). Outro resultado significativo desta Conferência foi o lançamento da Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental, a qual acolhe os princípios e valores explicitados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Carta da Terra, a Carta das Responsabilidades Humanas, a Declaração dos Direitos da Mãe Terra, o documento sobre “A Educação que Precisamos para o Mundo que Queremos” do GT Educación Rio+20 e o Manifesto de Sustentabilidade dos Povos Rio+20, entre outros. Essa Rede será mais bem discutida a seguir, quando abordaremos seu essencial papel na fundamentação dos princípios que regem a Rede de Cidades da Aprendizagem (PlanTEA, 2012).

2.1.2 POLÍTICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As políticas de educação ambiental devem estar relacionadas com a promoção de um desenvolvimento durável, as quais necessitam de ferramentas exequíveis e reais, traçadas de acordo com a realidade local em detrimento das necessidades mundiais, e seus objetivos devem estar em consonância, para que se obtenha êxito em sua implementação. Desde a Rio-92 se fala sobre o protagonismo da educação ambiental como um tema de destaque, especialmente no Brasil, que foi o local onde ocorreu a referida Conferência.

Apesar de o Brasil estar inserido e muitas vezes protagonizado essas grandes discussões, em termos de capital ambiental social, o país integra os menos desenvolvidos, evidenciando a necessidade de se manterem esses debates, de modo contínuo, e de se firmarem acordos ainda mais ousados, chamando as grandes potências mundiais do crescimento econômico para aliarem-se a essas propostas.

O Brasil avançou a passos lentos no que concerne a legislação ambiental, publicando a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), mais de duas décadas do início das discussões dessa nuance, no âmbito internacional. Tal Política fora estabelecida pela Lei 6938/81 e “tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”. O décimo princípio da Política estabelece “a Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL,1981).

Fazendo um breve levantamento das leis que tratam sobre Educação Ambiental no

Brasil, encontramos na Constituição de 1988, em seu artigo 225, o parágrafo primeiro, o qual orienta a “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL,1988).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) apresenta em seu Parecer 14/2012 a Educação Ambiental como “elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político- pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental”(BRASIL,2013.p.535). Essas Diretrizes objetivam “estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino”, bem como, sistematizar os preceitos definidos pela Lei 9.795 de 27/04/1999, a qual institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e reza que existe a “necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando a capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente” (Art 2º;Inciso X).

Ainda acerca da DCNEB, no item “Formas de Organização Curricular” é apresentado o papel socioeducativo e ambiental da escola, fundamentado no pressuposto do respeito às condições da natureza, bem como seu papel na formação da cidadania dos estudantes, bem como também apresenta que a Educação Infantil, por exemplo, deve ter propostas pedagógicas voltadas à realidade das crianças, e devem articular as áreas de conhecimento, de com uma abordagem abrangente, capaz de fomentar uma educação voltada para a cidadania, com vistas ao enfrentamento das mudanças socioambientais globais.

O referido documento apresenta ainda instruções acerca de a formação docente ser voltada para uma educação integral, a qual envolva a “sustentabilidade ambiental”, considerando a construção do ambiente escolar cooperativo e inclusivo. Para tal, as DCNEB propõem ainda que o Projeto Político Pedagógico das escolas devem considerar o estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, “conduzindo a educação ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente” (BRASIL, 2013).

Dando continuidade ao levantamento das leis, projetos e/ou programas que tratam sobre Educação Ambiental, temos o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) teve sua primeira versão publicada após Constituição Federal de 1988, em consonância com os compromissos internacionais assumidos com a Conferência do Rio. É importante salientar que já foram publicadas quatro versões do Programa, em cada atualização foram acrescidos objetivos e linhas de ação pertinentes ao debate mundial de Educação Ambiental. A quarta e mais recente versão data de 2004, e é resultado de um processo de consulta pública nacional,

que envolveu mais de 800 (oitocentos) educadores ambientais, cujas contribuições deram ênfase a descrição de estratégias das linhas de ação. O PRONEA fomenta o estímulo à cultura de redes de educação ambiental, valorizando essa forma de organização. Sendo assim, esse eixo orientador atenta-se à “perspectiva da sustentabilidade ambiental na construção de um país de todos.” (BRASIL, 2004).

No entanto, no Brasil, a Educação Ambiental (EA) é pouco divulgada, e quando acontece, na prática, se dá de modo isolado, e normalmente, para as classes sociais mais privilegiadas, como afirma Gama *et al* (2014). Esse instrumento, todavia, possui o primordial e árduo desafio de facilitador na busca por uma sociedade sustentável. Sendo assim, a EA é um elemento imprescindível para o alcance de uma melhoria da qualidade de vida. Sendo assim, o Estado, os governos locais precisam estimular políticas efetivas e ações conjuntas entre seus principais órgãos e a sociedade, fomentando a reflexão acerca das variáveis que atingem o meio ambiente, buscando a construção de conhecimentos dessa magnitude, efetivando-se a prerrogativa que todos somos (co)responsáveis pelo meio ambiente.

2.1.3 AGENDA 21

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA), a Agenda 21 é definida como um instrumento de planejamento participativo, indispensável na construção de sociedades sustentáveis, e deve conciliar métodos de proteção ambiental justiça social e eficiência econômica (BRASIL, 2004).

A Conferência do Rio, ao garantir a Agenda 21, com a assinatura de mais de cem chefes de Estado, proporcionou, em termos de ação e de cooperação, a proposta de desenvolvimento sustentável (COELHO, 1994). Como afirma Hobbelink (1992) “*La Agenda 21, cuyo nombre se refiere a la planificación necesaria para el siglo XXI, es la pieza central de los acuerdos salidos de Río.*” Esse documento representa um marco na pactuação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, de modo a pensar sobre diversas problemáticas. É um instrumento de planejamento de políticas públicas, o qual envolve a sociedade civil e o governo, na busca por soluções acerca os problemas ambientais, sociais e econômicos, através de um processo amplo e participativo. “*En este sentido, representa el primer plan de acción global para promover el desarrollo sostenible*” (HOBBELINK, 1992).

A Agenda 21 Global propõe uma reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável, bem como postula acerca do Aumento da consciência pública. Esse documento preconiza o direito do acesso a uma educação sobre meio ambiente e

desenvolvimento, vinculada a uma educação social. Assim, a conjuntura legal global visa o incentivo a essa aprendizagem voltada para o despertar de consciência do papel cidadão de cada um. Afirma ainda que essa atividade deve compreender a preparação de estratégias e atividades nacionais para satisfazer as necessidades de ensino básico, universalizar o acesso e promover a equidade, ampliar os meios e o alcance do ensino.

Sendo assim, de acordo com a Agenda 21 Global, é fundamental que na criação das políticas, especialmente as de ensino e de meio ambiente, seja pensada considerando o contexto local, e percebendo o indivíduo como um ser complexo, crítico e ativo. Este documento apresenta como um dos desdobramentos sociais, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais foram aceitos e adotados por 199 (cento e noventa e nove) países na 55ª Assembleia da ONU, de setembro de 2000. As ODM apresentam indicadores precisos, como redução da mortalidade infantil e do analfabetismo, sendo considerada referência para que sejam incluídas também metas de desenvolvimento sustentável para os países, tendo em vista as mesmas podem promover indicadores, como redução de percentuais da matriz de energética, provenientes de fontes não limpas.

No âmbito nacional há a “Agenda 21 Brasileira” é “um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico” sendo considerado um guia norteador para criação de políticas públicas ambientais, no país.

O Capítulo 36 da Agenda 21 Nacional estabelece que a EA dever ser promovida nos centros urbanos, de modo especial, sua disseminação deve estar vinculada ao ensino das crianças, e jovens, sendo as escolas e a mídia, parceiros privilegiados para a implementação dessa ação. Outra prerrogativa desse documento é a atenção especial à EA no Nordeste, com vistas a mobilização dos grandes produtores, empresas públicas, governos locais e as comunidades, especialmente as ribeirinhas, “desenvolvendo na população a percepção da estreita relação entre desmatamento, perda de água e desertificação”.

Nesse contexto, esse documento propõe como estratégia para o alcance do mencionado desenvolvimento, a promoção da Educação Ambiental, principalmente das crianças e dos jovens nos centros urbanos, quanto às consequências do desperdício de água, evidenciando o caráter descentralizador indispensável nesse âmbito. Afirma ainda que “as escolas e a mídia são parceiros privilegiados para implementação dessa ação” (BRASIL, 2003).

2.1.4 AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No momento pós Rio +20, fora lançada a Agenda 2030, este documento complementa e modifica conceitos preconizados pela já refutada Agenda 21. A Agenda 2030 preconiza que “todos os países e todos os grupos interessados, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano.” (ONU, 2015). Evidenciando mais uma vez a urgência do perfil necessário de cooperação entre os países, estimulando a “cidadania planetária” fomentada nas discussões da Rio+20, alinhando ações entre os estados, as cidades e as pessoas, além da necessidade de idealizar uma Política Educacional mais planetária, com foco na articulação entre os países, na busca por um ambiente mais sadio.

A Agenda 2030 foi criada como forma de plano de ação, estabelece os objetivos e metas a serem alcançados por todos os interessados. Com o intuito de assegurar sua implementação, são criados 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Globais (ODS), os quais relacionam-se diretamente com as bases metodológicas e fundamentadoras da Declaração de Pequim- foco deste estudo. Apresenta, inclusive, o conceito sobre Cidades da Aprendizagem, que fora adotado pela UNESCO em 2013, cuja principal ideia “é que os municípios orientem suas políticas públicas para promover a educação ao longo da vida, dentro e fora da escola.” Fazendo das cidades, locais de trocas de aprendizagens, focando-se num conhecimento holístico, integralizador e multidisciplinar- considerando a relação entre a economia, a sociedade e o meio ambiente: um eixo fundamental para o crescimento das cidades, corroborando com os elementos que preconizam o conceito de sustentabilidade.

Com a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que são “ações orientadas, concisas e de fácil compreensão”, tal e qual os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sendo eles de natureza global e igualmente aplicáveis a todos os países. Os ODS terão ênfase no empenho nas áreas prioritárias do desenvolvimento sustentável, ajudando a medir o progresso. São 17 (dezessete) ODS, sendo esse o maior legado da Rio+20 para selar os compromissos voluntários anunciados no Rio de Janeiro, visando colocar o desenvolvimento sustentável em ação, conforme são listados, no quadro 01 abaixo:

Quadro 1: Resumo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável publicados na Rio +20

<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;</p> <p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;</p> <p>Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;</p> <p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;</p> <p>Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p> <p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos</p> <p>Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia</p> <p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos</p> <p>Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p> <p>Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p> <p>Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p> <p>Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</p> <p>Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos</p> <p>Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p> <p>Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p> <p>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</p>
--

Fonte: ONU (2016)

Para a disseminação e o alcance das metas estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), é necessária a promoção da atuação dos governantes e gestores locais como colaboradores principais da sensibilização e mobilização em torno dessa agenda.

Conforme já foi explanado, a Agenda 2030 compõe a conceituação de Cidades da Aprendizagem, através dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), este documento busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Tem o intuito principal de erradicar a pobreza extrema em todo o mundo, sendo este seu maior desafio.

Este documento cria os Objetivos e metas estimularão a ação para os próximos quinze anos em áreas de importância crucial para a humanidade, sendo eles: as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz, a parceria. Sendo assim, os vínculos e a postura integralizadora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são de fundamental importância para firmar o propósito da Agenda.

Alguns dos ODS relacionam-se diretamente com os princípios norteadores das

Cidades da Aprendizagem e fundamentaram conceito moderno de “*Learning Cities*”, sendo eles:

- **ODS 4:** Promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- **ODS 11:** Fazer das cidades, ambientes inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Esses Objetivos resumem o aspecto essencial das Cidades da Aprendizagem, que visa a promoção dessa aprendizagem ao longo da vida, e entraram em vigor, juntamente com as 169 (cento e sessenta e nove) metas, a partir de Janeiro de 2016. A nova Agenda 2030 preconiza um mundo no qual haja a universalização da alfabetização, com o “acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados”. Sendo esses também as prerrogativas para ser uma Cidade de Aprendizagem.

2.2 REDE PLANETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CIDADES DE APRENDIZAGEM

2.2.1 REDE PLANETÁRIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Conforme foi explicado anteriormente, a Rede Planetária de Educação Ambiental é resultante da Rio+20, e é estabelecida tomando como documento norteador macro, o Tratado de Educação Ambiental. Corroborando com esse tratado, o acesso a “aprendizagem ao longo da vida” pregado pela Declaração de Pequim na Construção de Cidades de Aprendizagem Sustentáveis, fruto da 2ª Conferência Internacional sobre Cidades de Aprendizagem, considera “*Un número creciente de ciudades reconocen que el aprendizaje, en su sentido más amplio, puede ser un motor para el bienestar social, cultural, económico y ambiental*” (UNESCO, 2015).

A Educação Ambiental é um instrumento para preservação e conservação do meio ambiente, o qual detém inúmeras ferramentas que devem ser ajustadas de acordo com a realidade local na qual será desenvolvida, como afirma Pereira *et al* (2015). O Tratado de Educação Ambiental considera que a EA com vistas à promoção da sustentabilidade é um processo de aprendizagem permanente, requerendo responsabilidade individual e coletiva, fomentando o respeito a todas as formas de vida reafirmando valores que contribuem para a transformação humana e a conservação da natureza.

Esses conceitos já são amplamente discutidos na Europa, desde o início do milênio, como corrobora Frutuoso (2012) que nos contempla com a ideia de que essa terminologia refere-se a compreensões distintas, correspondendo aos grupos menos favorecidos através do acesso à educação inicial ou educação continuada para pessoas com maior qualificação, com vistas à possibilidade de enriquecimento cultural. Não se podendo negar, portanto, o acesso de todos ao ensino e à aprendizagem, sendo esses instrumentos essenciais para promoção de bem estar social e qualidade de vida, tendo a educação o papel fundamental de conciliar os interesses e valores da economia, sociedade e do meio ambiente.

Sendo assim, as cidades devem preparar-se e estruturar-se com vistas à promoção dessa “Aprendizagem ao longo da vida”, considerando esse aspecto fundamental para a disseminação de valores éticos e de respeito mútuo para com o meio ambiente e duas diversas possibilidades de uso. Portanto as urbes que pretendem ter esse perfil diferenciado, devem organizar todos os espaços materiais e imateriais, com a finalidade de desenvolver perfis diferenciados em seus moradores, *“estas ciudades están desarrollando estrategias innovadoras que permitan a los ciudadanos de todas las edades adquirir nuevas habilidades y competencias, de este modo transformar sus ciudades en ciudades del aprendizaje”* (UNESCO, 2015).

2.2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CONSTRUÇÃO DE CIDADES DA APRENDIZAGEM

Não se pode falar em Rede voltada para a Aprendizagem sem considerar a Educação Ambiental como um instrumento fundamental para a promoção da referida aprendizagem inclusiva e ao longo da vida. Nessa perspectiva, os governos são a ponte para essa promoção, com vistas a instaurar, fomentar e implantar esse tipo de ensino, o qual considera todas as complexidades do indivíduo, do local e da natureza. *“Los gobiernos nacionales desempeñan un papel sustancial en el establecimiento de la agenda y la visión de las sociedades de aprendizaje; sin embargo, es en las regiones, ciudades, pueblos y comunidades que las políticas de aprendizaje a lo largo de la vida se implementan en realidad* (UNESCO, 2015).

Desde 1977, que se percebe a necessidade da interdisciplinaridade do “educar ambiental”, na Conferência de Tbilisi, já se discutia sobre a importância do pensar coletivo e da sua relação com o processo educativo que “deveria ser orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e, de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade” (Tbilisi, 1977).

É desafiador promover uma educação holística quando se pensa no coletivo e na complexidade das problemáticas inerentes a uma(s) população(ões), visto que há uma restrita consciência da sociedade acerca de seu papel transformador e as implicações de degradação ambiental relacionadas com o modelo de desenvolvimento atual (JACOBI, 2005).

Nesse contexto, a EA se mostra mais uma vez como uma alternativa no rompimento desse paradigma, e para o despertar do sentimento de corresponsabilidade para com o meio em que vivemos. Jacobi (2005) apresenta o confronto social para romper com o paradigma da “sociedade de risco” vigente, visto que isso implicaria em mudanças de práticas sociais, no fortalecimento do direito ao acesso às informações e à uma educação de qualidade, com o perfil interdisciplinar e integralizador necessário.

Esse conceito é reforçado também por Gadotti (2001) quando traz à discussão, a problemática que envolve a *Era da Informação*, em um cenário voltado para a globalização que avança de acordo com a revolução tecnológica, em detrimento da regionalização ancorada na formação dos grandes blocos econômicos. Ora, se diferentes partes do mundo podem se inter-relacionar em prol da economia, por que não fazê-lo em prol do meio ambiente? O fortalecimento das políticas das cidades, e sua relação em rede com as demais urbes, é resultado de uma política macro e assim como no campo da economia, tende a dar certo, por viabilizar o câmbio de ideias e de estratégias.

Como estratégia de EA, Gadotti (2001) nos presenteia com suas discussões quando afirma que é necessário que exista a “ecologização” da economia, da pedagogia, da educação, cultura e ciência. Essas mudanças reiteradas pelo autor são fundamentais para a mudança de paradigma do modelo de desenvolvimento vigente.

De acordo com a UNESCO (2018), há um Programa de Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida (PPALV), que defende “a aprendizagem ao longo da vida como o quadro conceitual e o princípio de organização das reformas educacionais no século XXI.” O programa tem quatro principais campos de intervenção, segundo a organização.

Percebe-se que o PPALV divide-se, equitativamente em quatro campos de atuação, vislumbrando atender às cidades-membros da Rede, em sua totalidade. O Programa se concentra em quatro seguintes áreas, segundo informações da UNESCO (2018), a serem explicados a seguir:

- Análise da política de aprendizagem ao longo da vida;
- Reconhecimento, validação e acreditação (RVA) de aprendizagem não formal e informal;

- Quadros nacionais de qualificações;
- Cidades de aprendizado;

Quadro 2 Síntese das áreas de atuação do Programa de Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida (PPALV)

Áreas de Atuação	Resumo da ação
Análise da política de aprendizagem ao longo da vida	Trata-se de uma seleção de resumos e links que corroboram leis, políticas, estratégias e planos sobre “Aprendizagem ao Longo da Vida”, dos Estados-membros da UNESCO. Oferece, portanto, uma “visão abrangente sobre o desenvolvimento de políticas de aprendizagem ao longo da vida em todo o mundo”. (UNESCO, 2018)
Reconhecimento, validação e acreditação (RVA) de aprendizagem não formal e informal	Procura documentar e divulgar as melhores práticas de RVA. Proporciona uma troca de conhecimentos entre os membros, em diferentes estágios de desenvolvimentos dos seus próprios processos de Reconhecimento e Validação do Programa de “Aprendizagem ao Longo da Vida”.
Quadros nacionais de qualificações	Segundo a UNESCO (2018) Desde a década de 1990, os quadros nacionais de qualificações se tornaram uma grande tendência internacional na reforma dos sistemas nacionais de educação e treinamento. E visam contribuir com a política e a prática de uma aprendizagem para todos.
Cidades do Aprendizado	É uma Rede Global de Ciências da Aprendizagem, que incentiva o aprender na cidade, em todos os espaços. Busca ainda, apoiar e melhorar a prática da aprendizagem ao longo da vida nas cidades do mundo, promovendo o diálogo político e a aprendizagem entre pares entre as cidades membro.

Fonte: Autora, 2018

2.2.3 CONCEITO DE CIDADES DE APRENDIZAGEM

O termo Cidades da Aprendizagem surgiu no ano de 1972. Os primeiros debates se deram a partir da “*International Commission on the Development of Education to UNESCO – Learning to Be: The World of Education Today and Tomorrow*”, somente após a Rio+20, essa conjuntura firma-se de modo direcionado a uma “aprendizagem ao longo da vida”, discutindo-se e publicando-se as “*Key Features of Learning Cities*”, em 2013 objetivando que diversas cidades do mundo aspirem à adesão a Rede, a partir dessas características fundamentais.

Segundo Osborne *et al* (2013) “*In the building of a learning society, national governments have a major role in setting the agenda and the vision*”. Sendo assim, cada urbe é responsável por perceber suas fragilidades e potencialidades, com vistas a manter uma governança colaborativa com o intuito de organizar seu território de modo a criar espaços de

aprendizagem em todo ele, beneficiando todas as camadas sociais sob sua responsabilidade.

Em 1996, a UNESCO e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentaram relatórios sobre a multiplicidade do conceito de “aprendizagem” relacionados com a economia, sociedade e meio ambiente, sendo eles “*Learning: The Treasure Within*” e “*Lifelong Learning for All*”, respectivamente.

Demonstrando assim, que existe uma evolução conceitual desta temática, a qual se concretiza de modo efetivo, após décadas de discussão, na “Declaração de Pequim na Construção de Cidades da Aprendizagem”, em 2013, a partir da qual O Instituto da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida tomou a iniciativa de desenvolver o conceito de uma “cidade de aprendizagem” e de criar uma plataforma internacional dinâmica para as cidades trocarem ideias e boas práticas sobre abordagens eficazes para construção de cidades de aprendizagem. Este documento afirma que “A aprendizagem ao longo da vida deve ser o foco principal de cidades, regiões, nações e da comunidade internacional” (UNESCO, 2013).

A Declaração de Pequim sobre Cidades de Aprendizagem estabelece critérios e Características-chaves fundamentais para a filiação da cidade à Rede, e são inspiradas no logotipo da UNESCO, com três áreas de foco, a saber: empoderamento individual e à coesão social, desenvolvimento econômico e a prosperidade cultural, e o desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, diante da crise ambiental ora mencionada, da governança planetária discutida, e do papel das cidades na construção de sociedades sustentáveis, essa Política macroestruturadora da UNESCO, voltada para a criação de uma Rede de Cidades da Aprendizagem, mostra-se essencial na reestruturação das políticas ambientais locais, as quais devem vislumbrar a aprendizagem do cidadão ao longo da vida, de modo holístico e sustentável.

Foram criados alguns documentos que regulamentam e estabelecem as Características-chave de uma Cidade de Aprendizagem, “inspiradas no logotipo da UNESCO, corresponde aos frontões, colunas e etapas fundamentais do emblema cujas áreas de foco refletem os benefícios da construção de uma cidade de aprendizagem”, a saber:

- Empoderamento individual e à coesão social;
- Desenvolvimento econômico e a prosperidade cultural; e
- O desenvolvimento sustentável.

Considerando que uma Cidade da Aprendizagem é aquela que mobiliza, de modo eficaz, seus recursos, em todos os setores para: “promover a aprendizagem inclusiva do básico ao ensino superior; facilitar a aprendizagem para e no local de trabalho, promover a aprendizagem em famílias(...) e promover uma cultura de aprendizagem ao longo da vida”. Assim, nota-se a importância da ferramenta “educação” nestas características, corroborando com a ideia de uma aprendizagem integralizadora, a qual considera o indivíduo, o local no qual ele vive, bem como, seu contexto social e cultural, e propõe que a cidade disponha de aprendizagens em todos esses espaços e aspectos.

Esses referenciais essenciais a uma Cidade de Aprendizagem também são defendidos por Gadotti (2001) quando nos apresenta o conceito de *Planetaridade*. Quando o autor reafirma que “A Terra é o novo paradigma”, ele apresenta as inquietações de uma sociedade que é um todo e ao mesmo tempo é parte do todo. Esse dialogismo corrobora com as ideias das Políticas Macroestruturadoras da UNESCO, quando afirmam que a aprendizagem deve ocorrer em todos os espaços da cidade, e ao longo da vida.

As Características-chave para uma Cidade de Aprendizagem reiteram a ideia de uma educação sustentável, que ora também é defendida por Gadotti (2001) como aquela que considera os problemas urbanos e reafirma a necessidade de um planejamento orientado pelo desenvolvimento sustentado. Sendo assim, é inegável que a participação popular na implementação e execução de políticas públicas é de suma importância para que ações de Educação Ambiental sejam viabilizadas e capazes de modificar o meio ambiente.

2.2.4 REDE DE PROGRAMA DE ESCOLAS ASSOCIADAS A UNESCO (PEA)

Segundo a UNESCO (2018), o Programa de Escolas Associadas a UNESCO é quase tão antigo quanto a própria instituição e está presente em mais de cento e trinta países. O Brasil é um dos países signatário de Programa de Escolas Associadas (PEA), cuja Coordenação Nacional tem sede no Rio de Janeiro. O Programa foi criado para estender os objetivos da UNESCO no campo educacional. Segundo essa Organização, o PEA faz parte do conceito simples “a guerra nasce na mente dos homens, e é lá que deve ser combatida.”- visto que esta Rede foi criada no momento Pós-guerra.

O objetivo principal do PEA é “criar uma rede internacional de escolas que trabalhem pela ideia da cultura da paz”, segundo a UNESCO, através do estímulo a projetos dessa envergadura, direcionado à ampliação da consciência de cidadania. A escola que se encontra associada não recebe benefícios ou vantagens financeiras da Organização, elas são

contempladas com um Certificado Internacional de Escola Membro e tem o direito de utilizar a logomarca do PEA. O principal benefício é participar de uma comunidade ou rede, que trabalha pelo mesmo objetivo, compartilha projetos e ideais.

Sendo assim, integrar-se ao PEA é uma maneira de entrelaçar-se nessa rede global de organismos que pensam em cidadania no âmbito universal. Em Pernambuco, atualmente há vinte e cinco Escolas Associadas, segundo a Organização. Dentre essas, quatro são escolas municipais do Jaboatão dos Guararapes.

2.3 JABOATÃO DOS GUARARAPES ENQUANTO CIDADE DE APRENDIZAGEM

2.3.1 BREVE RESGATE HISTÓRICO

O município de Jaboatão dos Guararapes teve seu povoado fundado, a partir de 04 de maio de 1953, por Bento Luiz Figueirôa. Este território foi palco de duas grandes batalhas contra os holandeses, ocorridas em 1648 e 1649 (JABOATÃO,2018).

A cidade está localizada há cerca de catorze quilômetros da Cidade do Recife, e se proclama “Berço da Pátria”. Em seu território, no Bairro de Santo Aleixo, na parte mais antiga do município, está localizada a casa de Paulo Freire, na qual, o filósofo e pedagogo viveu por nove anos, onde passou sua adolescência e parte da juventude. A cidade abrange cerca de oito quilômetros de orla, possui igrejas e monumentos seculares, além de usinas que remontam fragmentos do passado do estado e do município.

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes, o município está situado no litoral do Estado de Pernambuco. Tem extensão territorial de 256 quilômetros quadrados. Seu território está localizado em uma posição estratégica, por estar situado entre o Porto de Suape, principal pólo de desenvolvimento do Estado, e o Recife. É cortado por importantes rodovias como as BR-101, BR-232 e a PE-007 e conta com infra-estrutura metroviária (JABOATÃO, 2018).

2.3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL EM JABOATÃO DOS GUARARAPES

Para se abordar a definição de Rede de Cidades de Aprendizagem, é importante perpassar por conceitos correlatos, tais como o de “Desenvolvimento Local Sustentável”. Sendo assim, é válido salientar que, de modo geral, o desenvolvimento econômico conseguido com a produtividade iniciada durante a Revolução Industrial teve resultados

catastróficos para o meio ambiente. Além disso, ocasionou o aumento considerável no número de habitantes das áreas urbanas, oriundos do êxodo rural, em prol da busca por melhores oportunidades de vida, impulsionando a reestruturação das cidades, para receber esse contingente populacional e a ampliando a degradação de recursos necessários para a habitação das áreas ocupadas.

Em Jabotão dos Guararapes não foi diferente. O município sofre com a realocação de pessoas oriundas de outras cidades, em busca de novas oportunidades de vida, de possibilidades de emprego, tendo em vista que segundo dados do IBGE (2010) esta urbe o possui, em seu território, cerca de 8.000 (oito mil) empresas atuantes e apresenta um Produto Interno Bruto per capita de R\$ 19.322,69. Sendo considerado, portanto, um município industrializado e desenvolvido. Entretanto, essa falta de ordenamento acarreta na falta de infraestrutura de saneamento básico e/ou disposição de serviços essenciais aos seus municípios. Outrossim, é importante saber que Jabotão apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,717, sendo considerado um índice elevado, segundo ranking divulgado pelo IBGE (2010). Em dados de 2015, há mais de 100.000 (cem mil) estudantes, somando todas as modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas,

Em Jabotão dos Guararapes, considerando seu processo de industrialização e povoamento, este município deveria ter-se reestruturado de modo a equilibrar o uso dos recursos naturais com o crescimento econômico. No entanto, essa “reestruturação”, assim como na maioria das cidades, não aconteceu a contento, e revela uma série de problemas das naturezas mais diversas, que perpassam pela infraestrutura, falta de saneamento, moradias, entre outros fatores, que atingem a sociedade, o meio ambiente, e comprometem o desenvolvimento local.

Salientamos que, segundo dados divulgados pelo Instituto Trata Brasil, em Ranking do Saneamento das cem maiores cidades do Brasil, do ano de 2017, esteve ocupando a posição de segundo pior município do Brasil, em Saneamento básico, fato que referenda os dados apresentados anteriormente acerca da ineficiência de serviços ambientais prestados aos municípios, além de evidenciar a real necessidade de formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes e consolidadas, no que concerne o trato com o meio ambiente, em prol de um desenvolvimento local mais sustentável.

Sendo assim, o desenvolvimento local sustentável se insere nesse novo paradigma de estabilidade entre os pilares da sustentabilidade, e em Jabotão dos Guararapes esse equilíbrio se torna imprescindível, no sentido de manter sua vinculação à Rede de Cidades de Aprendizagem, com ações e estratégias voltadas para um desenvolvimento econômico, social

e ecológico. Neste sentido, Buarque (2002) defende que “o propósito central de uma proposta de desenvolvimento sustentável consiste em implementar iniciativas e ações que gerem, ao mesmo tempo, uma maior equidade, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade econômica”. Entretanto, o autor argumenta que não há como ocorrer desenvolvimento local sustentável sem o equilíbrio entre o viés social, econômico e a conservação ambiental.

O advento da noção de desenvolvimento local sustentável que foi exposto por Buarque (2013) como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida”, ou seja, esse aclamado desenvolvimento alcançado a partir da internalização da população, e dos governos, de sua importância para aquela comunidade, no sentido mais integralizador, observando as potencialidades locais, para a partir daí, promover novas formas de produção, na perspectiva de adequar-se ao mundo globalizado e ao mesmo tempo promover ações participativas, que visem o bem estar socioambiental. Daí o papel de Jaboatão dos Guararapes e seu governo investirem em ações que busquem a promoção de suas potencialidades locais, na tentativa de promover um real desenvolvimento local sustentável, essencial e necessário às Cidades de Aprendizagem.

2.3.3 O PAPEL DA GOVERNANÇA LOCAL

Não há como falar sobre estratégias de desenvolvimento sustentável e a respeito de uma Cidade que busque promover aprendizagem em todo seu território, sem abordar o conceito e o papel da governança local. Sabe-se que o ápice do crescimento econômico das organizações e regiões do mundo, trouxe além das riquezas e recursos financeiros, uma série de problemas sociais e ambientais, como afirma Soares *et al* (2014). Para Senge *et al* (2007) esses problemas supracitados, comumente são aferidos como externalidades da atividade econômica em si e, necessitam de atenção dos governos. Nesse contexto, cabe fomentar a discussão acerca do papel do governo, nesse panorama, explicitando seu papel, enquanto órgão administrador e vinculando valores de governança ao seu exercício.

O município de Jaboatão dos Guararapes apresenta um território bastante extenso, com 256 quilômetros quadrados, segundo dados do IBGE (2010), além da alta diversidade de biomas que é abrangido pelo seu território, como praias, resquícios de mata atlântica, mangues, etc. Neste sentido, a “Governança” tem o dever de tratar dos interesses da sociedade, com vistas na garantia do comportamento ético, íntegro, responsável e comprometido, através da implementação efetiva de código de conduta, proporcionando

transparência e compromisso com os *stakeholders*, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCC) segue quatro princípios básicos aplicáveis ao contexto nacional: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa”, segundo TCU (2014).

Trazendo a discussão para o setor público, ainda segundo o TCU (2014), a boa governança nesta instância, permite, dentre outros fatores, garantir a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos. Sendo assim, quando Jabotão dos Guararapes opta por dividir seu município em sete regionais, com centrais de resolução de cunho administrativo, seu governo está fazendo uso da prática dos princípios de uma boa governança pública, fator importante e que condiz com as Características-chave de uma Cidade de Aprendizagem ao estimular o desenvolvimento econômico e a coesão social em todo seu território, de modo equitativo. A gestão de um município que apresente governabilidade e governança mostra-se preocupada com o desenvolvimento local pautado na democracia participativa, com o olhar direcionado ao bem estar da sociedade, da economia e do ambiente, contribuindo com a sustentabilidade local.

Nesse contexto, a Gestão Ambiental local apresenta-se como mais um mecanismo colaborativo voltado para o bem estar da sociedade, na busca por um ambiente justo, saudável e propício para o desenvolvimento. Em municípios metropolitanos como Jabotão dos Guararapes, os desafios são demasiados grandes, pois, comumente recebem uma grande massa populacional, impulsionada pelo sonho da prosperidade, advinda do interior ou de cidades menores, e habita as periferias da cidade, sem padrões mínimos de qualidade de vida, sem moradias adequadas, alheios ao saneamento básico e normalmente, próximos a rios, córregos e mares. E, para fins de sobrevivência, essa população normalmente agride ao meio ambiente, na busca por recursos mínimos para vida: alterando cursos d’água, despejando dejetos em rios e lagos, descartando os resíduos sólidos de modo inadequado.

Neste sentido, o município do Jabotão dos Guararapes deve buscar estratégias de governança, de modo a contribuir com o desenvolvimento do seu território, bem como atender aos seus munícipes de modo equitativo, com estímulo a mudança de práticas sociais e ambientais, através da democracia participativa preconizada pelos princípios da Rede de Cidades de Aprendizagem.

2.3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS EM JABOTÃO DOS GUARARAPES

Existem diversas estratégias que podem auxiliar os governos municipais na empreitada

de gerir seu território de modo sustentável, assim como estabelecem as Políticas Macroestruturadoras da UNESCO, sendo a formulação de Políticas Públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável uma das estratégias essenciais para tal. Nessa perspectiva, Políticas de Educação Ambiental se apresentam como um elo essencial entre o governo e a sociedade, e são imbuídas a modificar a *práxis* equivocada na relação com o meio, na promoção por um ambiente equilibrado, para uma sociedade baseada nos princípios da justiça, equidade e respeito ao próximo, contribuindo então, com o desenvolvimento econômico e socioambiental.

Nesse sentido, o município do Jaboatão dos Guararapes apresenta algumas Políticas Públicas de ordem ambiental, tais como, o Plano Diretor do Jaboatão, Plano de Desenvolvimento Sustentável- JABOATÃO 2020 está vinculado à Rede PEA/UNESCO, desde 2015, regulamentação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONSEMMA), em 2016, regulamenta neste mesmo ano, o Fundo Municipal de Meio Ambiente, ainda neste ano há a candidatura e vinculação do município à Rede de Cidades da Aprendizagem/UNESCO.

A Educação deve ser uma aliada a conjuntura das Políticas Ambientais, a exemplo, da cidade de Okayama, no Japão, que teve sua candidatura aceita, junto à Rede de Cidades de Aprendizagem, como exemplo de inserção da educação como instrumento para promoção do desenvolvimento sustentável, desde 2005, antecipando em dez anos o conceito mais elementar da Rede, *“for example, the city encourages the involvement of various stakeholders, places a strong focus on youth, and incorporates elements of non-formal and formal education”*(UNESCO,2016).

No Brasil, temos o exemplo da cidade de Sorocaba, no Estado de São Paulo, a qual também já encontra-se vinculada a Rede de Cidades da Aprendizagem, sendo a pioneira do país, segundo Pedrosa (2015) *“The motivations of Sorocaba to become a learning city are based in actions proposed in the strategic planning of the current government: A Human and an Educational City, An Alive and Beautiful City, A City of Opportunities and Modern, A City with an Efficient Management.”*

Assim como Jaboatão dos Guararapes, a cidade de Sorocaba ocupa uma importante posição no cenário brasileiro, pois ambas estão situadas na região metropolitana de seus respectivos estados, com as benéficas e problemáticas inerentes a esse fato. Entretanto, a cidade paulista, conseguiu sistematizar e integralizar suas ações, voltando-se para os cidadãos, de modo holístico e participativo, enquanto a primeira ainda caminha a passos lentos, nessa perspectiva.

Em uma Cidade da Aprendizagem, a “Ideia é orientar políticas públicas para promover

a educação ao longo da vida, dentro e fora da escola” (UNESCO, 2016). Portanto, o município do Jaboatão deve procurar adequar-se a esses princípios, com a intenção de manter o título de Cidade de Aprendizagem, e assim, promover a educação ambiental, em seu sentido mais amplo e integralizador.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

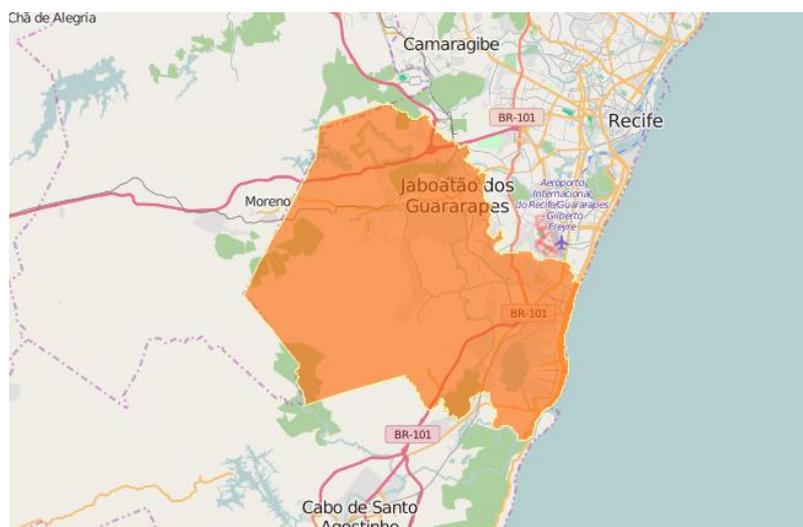
Tendo em vista que este estudo se enquadra na tipologia Estudo De Caso, torna-se imprescindível que se conheça o local de estudo, de maneira mais aprofundada. O Município do Jaboatão dos Guararapes teve o seu povoado fundado a partir de 4 de Maio de 1593, por Bento Luiz de Figueirôa, apresenta riquezas naturais exuberantes: praias, lagoas, resquícios de Mata Atlântica, Unidades de Conservação Ambiental, tais como as Reservas de Florestas Urbanas de Jangadinha e de Manassu, Refúgio de Vida Silvestre Mata de Mussaíba, Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engº Salgadinho, Refúgio de Vida Silvestre Mata do Sistema Gurjaú, entre outros.

Segundo Jaboatão (2004), este município possui um Sistema Municipal de Ensino o qual é formado pela Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Escolas Públicas Municipais de Educação Básica e Instituições de Educação Infantil mantidas pela iniciativa privada.

Em 2017, o município de Jaboatão dos Guararapes é atendido pelo serviço de coleta de lixo, em seu território, através de carros de coleta ou coleta manual, que atendem aos bairros da zona urbana periodicamente. Em algumas áreas de seu território existe o atendimento do sistema de Coleta Seletiva. Entretanto, em 2017 foi considerado o segundo pior município do Brasil em Saneamento Básico, segundo dados do Instituto TRATA BRASIL (2018). É importante salientar que desde 2015, o município encaminha todo o lixo do seu território ao Aterro Sanitário CTR-CANDEIAS- entidade privada, localizada no Eixo de Integração da Muribeca, Jaboatão dos Guararapes- o qual recebe e realiza os devidos procedimentos indicados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Este município está situado na Região Metropolitana do Recife, e dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI (2014) revelam que Jaboatão está entre os municípios com maior arrecadação tributária do Estado de Pernambuco. Segundo dados do IBGE (2010), estima-se que residiam, em 2015, neste município aproximadamente 686.122 pessoas- cerca de 2% dessa população reside em área rural, e 98% em área urbana. Possui mais de 8.000 empresas atuantes, nas quais são empregadas mais de 100.000 pessoas, com salário médio mensal de 2,2 salários mínimos, apresentando um índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,717 (IBGE,2010).

Figura 1- Mapa Do Município Do Jaboatão Dos Guararapes



Fonte: IBGE(2010)

3.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Trata-se de um estudo de caso qualitativo que tem como objetivo analisar, a partir das Políticas macroestruturadoras da ONU, o processo de adesão do Município de Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades da Aprendizagem. Segundo Merriam(1988 *apud* André 2005), o estudo de caso qualitativo atende a quatro características essenciais: particularidade, descrição, heurística e indução. O estudo de caso focaliza uma situação, responde a questões muito particulares, o que o torna um tipo de estudo adequado para investigar problemas práticos.

Yin(2005) apresenta a definição de estudo de caso, como único e múltiplo. E André(2005) reúne o estudo de caso em grupos, é relevante citar dois, sendo: etnográfico-é estudado em profundidade pela observação participante; e o avaliativo-cujo caso é estudado de forma profunda com o objetivo de fornecer aos atores educacionais informações que os auxiliem a julgar méritos e valores de políticas, programas ou instituições.

Diante das possibilidades de pesquisa social, na perspectiva qualitativa, podemos destacar o método de pesquisa do estudo de caso, tendo em vista que o mesmo possui relevância significativa no meio acadêmico. Muito embora existam controvérsias sobre sua cientificidade e sua rigorosidade, entende-se que é uma estratégia de pesquisa utilizada de forma extensiva em ciências sociais(Yin, 2005).

Yin (2001) diz que por se tratar de uma pesquisa de planejamento municipal, este trabalho se enquadra na tipologia Estudo de Caso de caráter descritivo, visto que permitirá ao

pesquisador a descrição de fenômenos contemporâneos, dentro do seu contexto real.

Esta pesquisa se relaciona, portanto, segundo Minayo (2008) a uma pesquisa social, que ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos, tendo em vista que seu objeto é histórico, cujas sociedades estudadas vivem num tempo histórico e social, com configurações específicas. Portanto, não podem ser limitadas a metodologias específicas, sem, contudo, desvinculá-las da cientificidade.

Como fonte de dados, sua natureza é documental e através de entrevistas semi-estruturadas, conforme é explicado abaixo. Ainda segundo o autor, este tipo de pesquisa permite uma visão pluralista do fenômeno, a ser observado de forma holística.

Com relação aos Aspectos Éticos deste estudo, é válido salientar que foram tomadas as devidas precauções para resguardar os sujeitos de pesquisa, mantendo o anonimato dos mesmos, preservando-os de quaisquer tipos de desconforto, que o resultado desta pesquisa porventura venha a propor para os sujeitos.

A presente pesquisa utilizou as seguintes técnicas para coleta de dados, através dos procedimentos abaixo:

- Para análise da configuração das Políticas Ambientais da UNESCO, no que se referem às “Cidades da Aprendizagem”, fez-se análise de documentos com ênfase em suas políticas macroestruturadoras;
- Foram analisados Relatórios da ONU, os quais se referem ao acompanhamento das Cidades de Aprendizagem, realizados anualmente;
- Objetivando analisar os projetos das “Cidades-destaque” em 2017, sistematizamos os resultados anuais divulgados pela entidade e os relacionamos com os aspectos da política macroestruturadora, que estavam relacionados às características de cidades de aprendizagem e suas referidas as Característica-chaves que regem a Rede;
- Analisamos projetos em construção do município do Jaboaão dos Guararapes, que tenham como finalidade, a disseminação de práticas de Educação Ambiental e de entrevistas com os gestores municipais responsáveis pela consolidação do projeto de Jaboaão dos Guararapes para sua manutenção na Rede de Cidades de Aprendizagem. Essas entrevistas tiveram como foco as áreas que regem o Programa de Rede de Cidades da Aprendizagem;
- Para identificação do engajamento das escolas do Jaboaão dos Guararapes, no que concerne à Rede de Cidades da Aprendizagem, foram realizadas visitas *in loco*, registros fotográficos e entrevista com a gestora municipal de educação e com uma gestora escolar, em escola sugerida pela Secretaria de Educação Municipal, cujo principal intuito foi identificar os

procedimentos adotados para colaborar com a vinculação à Rede de Cidades da Aprendizagem. A entrevista semi-estruturada, teve como enfoque:

Quadro 3 - Temáticas abordadas nas entrevistas junto aos gestores municipais e/ou escolares pesquisados

Temáticas abordadas junto ao sujeito da pesquisa	Objetivo
Conceituação de Rede de Cidades de Aprendizagem	Entender a forma e a relevância que o gestor municipal atribui à Rede de Cidades de Aprendizagem em Jaboaão dos Guararapes;
Relevância do Município de Jaboaão dos Guararapes ser cidade-membro	
Período de atuação no município	Perceber a forma como sua experiência como gestor municipal está relacionada ao engajamento do município à Rede de Cidades de Aprendizagem;
Identificação de projeto do Jaboaão dos Guararapes, enquanto Cidade de Aprendizagem.	Interpretar a efetivação <i>in loco</i> do Programa de Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida e a possibilidade de permanência na Rede de Cidades da Aprendizagem.
Percepção geral da consagração do município como cidade-membro da Rede de Cidades de Aprendizagem	
Percepção de projetos escolares e/ou investimentos do município em manter-se membro da Rede de Cidades da Aprendizagem	
Ações práticas/ projetos escolares efetivados no município, que corroboram com a criação de Projeto de Cidade-membro da Rede de Cidades da Aprendizagem.	

Fonte: A autora(2018)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está voltado à apresentação dos resultados desta pesquisa, após o cumprimento de todas as etapas elencadas na metodologia. Posteriormente, segue o produto final deste Estudo de Caso, sendo uma Carta de Intencionalidade ao Município de Jaboaão dos Guararapes para Consolidação da Política de Rede de Cidades de Aprendizagem, a ser implantada no município, visando à manutenção do título de “Cidade de Aprendizagem”.

4.1 ANÁLISE DAS POLÍTICAS

Analisando as políticas formuladas pela ONU/UNESCO, constatamos que as mesmas apresentam indícios de avanços no concerne ao “Desenvolvimento Sustentável” e acerca das formas de direcionamento de Políticas ambientais de aprendizagem. Podemos citar como exemplo a Agenda 2030 que é uma continuidade da agenda 21, mostrando que existe uma intencionalidade e compromisso de continuar exercendo esforços para a sustentabilidade do planeta. Também podemos visualizar como aspecto positivo, que representa um avanço de comprometimento com as questões ambientais a assinatura de 199 países nas ODM, que estabelece objetivos em longo prazo para o milênio. Outro avanço a ser pontuado são a continuidade dos ODM, com a formulação das ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), cujo foco foi ampliado e passa a considerar, de modo inédito, o papel das cidades, como participantes ativos na busca pelo Desenvolvimento Sustentável, fazendo parte, inclusive da Política da UNESCO para as Cidades de Aprendizagem.

Como avanço que merece ser verificado, também identificamos, que a partir do Relatório “*O futuro que queremos*”, houve uma ênfase com relação ao compromisso dos estados no que se refere à erradicação da pobreza e a atenção com os povos que se encontrem em situação de necessidades. Discussão de temas relevantes como economia verde, governança internacional para o desenvolvimento sustentável, instituição da rede planetária de educação ambiental.

Sendo assim, é de fundamental importância que as políticas públicas que estejam voltadas a manutenção de serviços essenciais à sociedade, sejam pensada conjuntamente, com os diversos atores que irão contribuir com esse processo, de tal modo que sejam adequadas à realidade local, e exequível, do ponto de vista prático.

Segundo Jacobi (2005) o maior desafio das sociedades é mudar o paradigma da visão das políticas públicas, em consonância com as linhas norteadoras apresentadas a seguir, no Quadro 4, as quais apresentam a evolução do conceito desta temática, observando-se as maiores Conferências Internacionais ocorridas nos últimos vinte anos, que tratam sobre meio ambiente.

Quadro 4 - Síntese pontuando os avanços da Rio 92 à Rio+20

Rio 92	Rio+20
Influenciada pelo “ <i>Nosso Futuro Comum</i> ” (1987), universalização do “Desenvolvimento Sustentável”;	Temas: 1) economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e 2) governança internacional para o desenvolvimento sustentável.
Convenções de Mudança do clima, de Biodiversidade, e de Desertificação, a Declaração do Rio;	Apresentou como documento final, o relatório “O Futuro que Queremos”, ênfase o compromisso assumido pelos Estados com a erradicação da pobreza extrema.
Agenda 21 Global - um acordo estabelecido entre 179 países: envolve a sociedade civil e o governo, na busca por soluções acerca os problemas ambientais, sociais e econômicos.	Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental e o documento sobre “A Educação que Precisamos para o Mundo que Queremos” do GT Educación Rio+20, além do Manifesto de Sustentabilidade dos Povos Rio+20; Criação da Agenda 2030;
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais foram aceitos e adotados por 199 países- apresentam da mortalidade infantil e do analfabetismo, além de metas de desenvolvimento sustentável para os países;	A Agenda 2030-Estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que são ações integradas e indivisíveis que buscam o equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Fonte: Autora, 2016

Analisando o quadro acima, é possível perceber que, desde a RIO-92 existem indícios de que a temática de desenvolvimento sustentável já era discutida no âmbito internacional, entretanto, é notório que essas discussões foram sendo ampliadas no decorrer das conferências, e passaram a ser referendadas pelos Estados, e buscaram ampliar os focos das discussões, trazendo a Educação Ambiental em maior evidência, inclusive com a criação da Rede Planetária de Educação Ambiental, a qual serviu de estratégia inicial para a criação da Rede de Cidades de Aprendizagem.

Há indícios ainda da ampliação do debate acerca da temática sobre “governança internacional”, visto que desde 1992 já se falava sobre este tema, como uma estratégia necessária para o alcance do equilíbrio entre os eixos econômicos, sociais e ambientais. Na Rio+20 este conceito evolui para um conjunto de ações integradas e indivisíveis na busca por esse equilíbrio.

Segundo Luis E. Sánchez (2012) “A Conferência Rio 92 estimulou os governos nacionais, internacional, organizações e setor empresarial para reconhecer o papel da avaliação de impacto na busca pelo desenvolvimento sustentável”. Durante a vigência do Relatório.

As políticas voltadas para Educação Ambiental, de modo interligado e indivisível, surgem pós Rio+20, no momento em que se apresenta uma “Rede Planetária de Educação Ambiental”, preconizando a necessidade dos países se interligarem com o intuito de promover ações de Educação Ambiental que atendam às necessidades mundiais e ao mesmo tempo

colaborem com as realidades locais.

Como avanço de Políticas, observa-se ainda que a partir da Rio+20, o termo governança internacional se faz mais presente, evidenciando o fato que defende Camargo(2005) quando afirma a necessidade de se estabelecer objetivos partilhados e baseados num senso comum, ora demonstrados a partir do lançamento da Agenda 2030. Vale salientar que, a governança é um dos valores preconizados nas conferências relacionadas à Rede de Cidades da Aprendizagem.

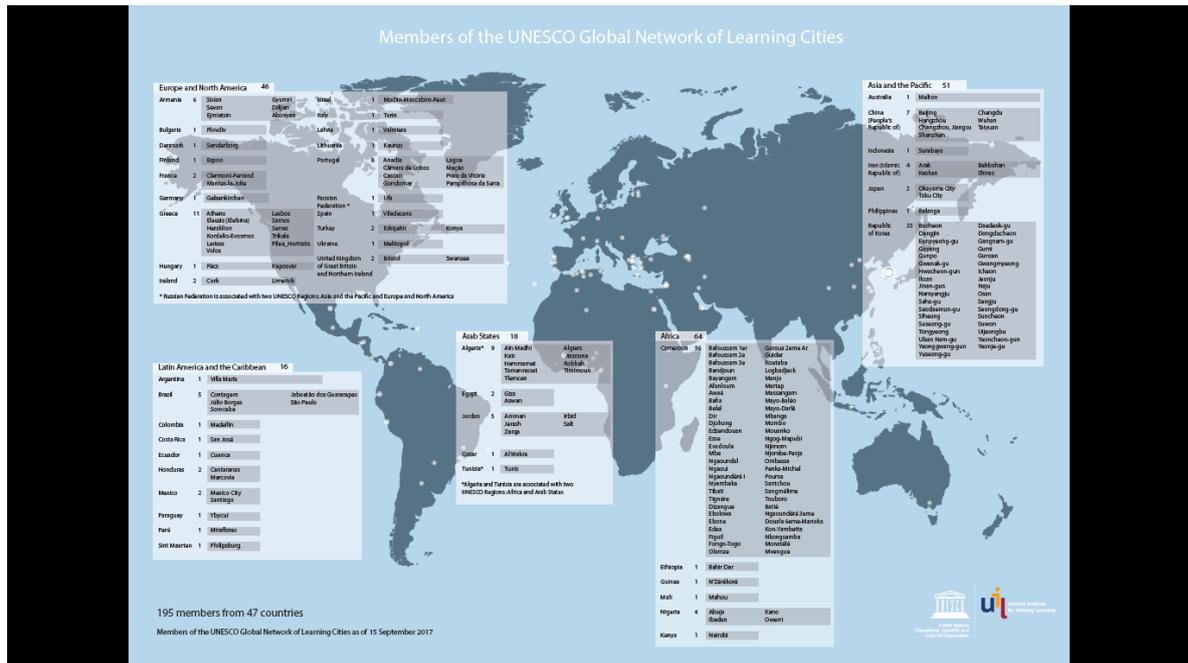
Por fim, no que concerne aos avanços das Agendas Mundiais estabelecidas em ambas às conferências, nota-se uma mudança com relação aos seus objetivos, a saber: Durante a Rio92, observamos que já se preconiza uma necessidade de estabelecimento de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o qual, nesta Conferência, são voltados para ações em cada um dos países membros, entretanto, é observado que o foco desses objetivos está relacionado com aspectos sociais e ambientais, apenas, de modo a tornar irrelevante o aspecto econômico. Logo, a Rio+20 apresenta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, voltados para um equilíbrio entre as três instâncias – social, econômica e ambiental, além de clamar por ações interligadas entre os países, evidenciando a necessidade de criação de “redes” de apoio entre os países signatários desta Conferência.

4.2 POLÍTICAS AMBIENTAIS DA UNESCO RELACIONADAS COM A REDE DE CIDADES DA APRENDIZAGEM.

Analisando as Políticas Macroestruturadoras da UNESCO, no que se referem à Rede de Cidades da Aprendizagem, constatamos que algumas estão diretamente relacionadas com a Rede de Cidades de Aprendizagem. Observamos que durante a 2ª Conferência Internacional sobre Cidades de Aprendizagem, falou-se sobre uma relação em “rede”, todos baseada essencialmente em dois dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável identificadas especificamente, no quarto Objetivo, o qual se refere à promoção oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e no Objetivo Onze o qual trata do “Fazer das cidades, ambientes inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.”(ONU,2015).

A partir dessas análises, foi constatado que existe uma demasiada adesão à Rede, trazendo indícios de que os gestores municipais estão procurando se engajar nas ações locais, na busca por uma ambiente sadio e resiliente, como preconizam as citadas ODS. Em 2017, há mais de duzentas cidades-membros, distribuídas em todos os continentes, conforme a figura 2:

Figura 2 Cidades-membro da Rede de Cidades de Aprendizagem ilustradas em Mapa mundi



Fonte: UNESCO(2017)

Observa-se, a partir da figura acima, que a UNESCO tenta contemplar todos os continentes, com a nomeação de Cidades de Aprendizagem, especialmente como forma de divulgação ampliada da Rede e para a disseminação das boas práticas voltadas às Políticas de Aprendizagem disseminadas pelo mundo, através dessa rede planetária.

Salientamos que esta ampliação de adesão dos municípios apresenta indícios de que as cidades têm procurado alternativas para solucionar problemáticas locais, que possivelmente podem ser realidades semelhantes de outras urbes do mundo e, através dessa relação em rede que esta Política proporciona.

O foco dessa rede é criar uma plataforma internacional dinâmica para as cidades trocarem ideias e boas práticas sobre abordagens eficazes para construção de cidades de aprendizagem. No Brasil há cinco municípios vinculados à Rede, sendo eles: Contagem(MG), Júlio Borges(PI), Sorocaba(SP), São Paulo(SP) e Jaboatão dos Guararapes(PE), conforme ilustra a figura 3 abaixo, retirada do *site* institucional da UNESCO:

Figura 3 – Ilustração das cidades brasileiras vinculadas à Rede de Cidades de Aprendizagem

The screenshot shows the UNESCO Learning Cities Network website. The main heading is 'Membros da Rede Global de Ciências da Aprendizagem da UNESCO'. Below the heading, there are search and filter options. A table lists the member cities in Brazil:

Bandeira	Cidade	País	População da cidade	Prêmios
	Contagem	Brasil	648.766	2017
	Jabotão dos Guararapes	Brasil	644.620	
	Júlio Borges	Brasil	5.523	
	São Paulo	Brasil	11.253.503	

Fonte: *Site* institucional da UNESCO (2018)

Analisando os conteúdos da primeira Conferência de 2013 sobre Cidades de Aprendizagem em Pequim, notamos que neste evento foi iniciado o discurso global sobre as Cidades de Aprendizagem e em tempo, a UNESCO divulgou a sua definição acerca desta política- temática que já foi explanada no tópico anterior. Na segunda Conferência, em 2015, no México, observamos que existiu uma maior amplitude de discussão do tema, a partir da abertura adesão e definição do papel cidades de aprendizagem, além de definir seu papel na consecução do desenvolvimento sustentável. Como resultado dessas observações, foi constatado que atualmente, a rede é composta por cerca de 200 cidades de mais de 40 países unidos na sua determinação de promover a aprendizagem ao longo da vida e, em última instância, alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas cidades.

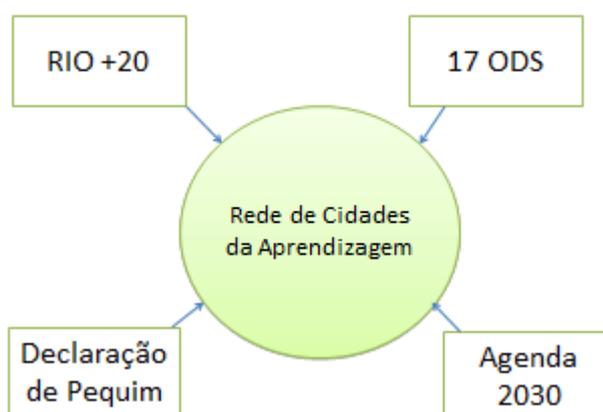
Nota-se, portanto, que esse conceito foi reforçado em 2017, na Conferência Internacional, ocorrida em Cork-Irlanda, na qual estabeleceu que uma Cidade de Aprendizagem é aquela que “promove uma aprendizagem ao longo da vida para todos”, cujos compromissos são preceituados nas Características-chaves para Rede de Cidade da Aprendizagem UNESCO (2015), ou seja, toda cidade aprendente deve empoderar as pessoas e promover a coesão social; promover o desenvolvimento sustentável; Promover uma aprendizagem inclusiva em um sistema educativo, dentre outros compromissos. Sendo assim, observamos que todas as cidades que apresentam o anseio de se tornarem membros dessa

Rede, devem seguir as instruções fornecidas pelo Guia de Cidades de Aprendizagem e procurar adequá-lo às suas realidades, através de seus planos de ação.

Assim, através das análises dessas Políticas Macroestruturadoras da UNESCO, notamos que existe uma continuidade das mesmas e que estão alcançando uma abrangência bastante significativa, considerando que houve a adesão de 46 cidades localizadas na Europa e América do Norte, 16 cidades na América Latina, 18 na Arábia Saudita, 64 na África e 51 no continente asiático, evidenciando que esta Rede está em expansão, com adesões significativas, nos mais diversos territórios do mundo.

Observa-se, portanto, que existem várias políticas que se inter-relacionam para a construção do conceito de Cidades de Aprendizagem, a figura 4 a seguir apresenta os principais documentos relacionados diretamente com este conceito, sendo esses, os referenciais norteadores e macroestururadores da UNESCO, para a formulação e implementação desta Política:

Figura 4 -Documentos Norteadores- Rede de Cidades da Aprendizagem.



Fonte: Autora (2017)

A partir de levantamento das Políticas macroestruturadoras da ONU/UNESCO, constatou-se que segundo a UNESCO (2017), as “Características Fundamentais da Cidade de Aprendizagem” oferecem um marco referencial para o planejamento e monitoramento do progresso da Cidade de Aprendizagem, bem como, ao mesmo tempo, corroboram com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em suas metas e indicadores. Por estarem em consonância com a Agenda 2030, os governos locais devem integrar os ODS em suas políticas e planos vigentes, bem como para desenvolver o seu *know-how* de Cidade de Aprendiagem local. Assim, é observado que a evolução temporal e conceitual das diversas

políticas mundiais de meio ambiente e educação, desde a Rio-92 até a Conferência sobre Cidades de Aprendizagem, apresentam um resultado cumulativo positivo, no qual há indícios de que a UNESCO tem procurado fomentar esses debates mundiais, além de propor ações práticas, para mudanças de atitudes, como a vinculação de municípios à Rede de Cidades de Aprendizagem.

Desse modo, é salutar que essas iniciativas tenham continuidade no âmbito global e local, especialmente quando falamos de políticas em rede, ou seja, aquelas que podem propiciar as trocas de informações e experiências exitosas nos mais diversos locais do mundo, e assim, estimular a adequação de cada governo e município na relação com a sociedade, em prol da disseminação de práticas de educação e meio ambiente mais eficazes.

Através dos levantamentos realizados nas análises das Políticas que estabelecem a Rede de Cidades de Aprendizagem, observamos que existe um Guia de Implementação das Cidades de Aprendizagem, disposto pela UNESCO (2017), e que nele há três áreas temáticas a serem consideradas pelas cidades que se propõem a ser aprendentes, sendo elas:

- Cidades de Aprendizagem verdes e Sustentáveis- trata do Desenvolvimento Sustentável local;
- Cidades de Aprendizagem equitativas e inclusivas- trata do empoderamento individual, diálogo e coesão social;
- Espírito empreendedor das Cidades de Aprendizagem- trata do desenvolvimento econômico e crescimento cultural.

Notamos que essas três áreas de atuação estão intrinsecamente relacionadas e é importante frisar que as atividades desenvolvidas pelo programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, o qual foi criado para dar suporte às Cidades de Aprendizagem, se relacionam diretamente com a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Essas áreas de atuação representam, de modo geral, como a Política Macroestruturadora da UNESCO está relacionada com diversas áreas de aprendizagem que se relacionam com o desenvolvimento sustentável, equitativo e equilibrado das cidades. Para tanto, notamos que as cidades que estão envolvidas nessa Rede, elegem uma área de atuação que necessite de atenção mais urgente ou que apresente alguma fragilidade em sua materialização. Sendo assim, o município tem a liberdade de escolher dentre as três áreas, qual irá atender de modo mais prioritário. É salutar que as Cidades de Aprendizagem vinculadas efetivamente à Rede não desconsiderem as demais áreas em detrimento de uma, mas que consiga trabalhar com mais afinco na área prioritária, porém considerando as demais categorias que são estabelecidas pela UNESCO, na macropolítica mencionada.

Para melhor compreensão acerca do processo de adesão do Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem, analisamos essas Políticas macroestruturadoras e realizamos pesquisas *in loco* no município do Jaboatão dos Guararapes, com o intuito de observar as possíveis fragilidades que este município bem como apresenta identificar sua potencialidade no que concerne a efetivação de sua políticas educacionais e/ou ambientais locais que estão em consonância com essas macropolíticas, e portanto corroboram com a permanência do título de Cidade de Aprendizagem conquistado pelo município.

4.3 ANÁLISE DOS PROJETOS DOS MUNICÍPIOS-DESTAQUES NA REDE DE CIDADES DE APRENDIZAGEM – 2017

A partir dos levantamentos feitos nos *sites* institucionais da UNESCO, os quais evidenciam avanços nas políticas macroestruturadoras e instituição da Rede de Cidades de Aprendizagem, pudemos constatar que, na última Conferência Internacional sobre Cidades de Aprendizagem da UNESCO, ocorrida em Setembro de 2017, na Irlanda, dezesseis cidades foram premiadas pelo órgão, como destaques em ações relacionadas às Características-chaves - sendo consideradas destaques em experiências, que promovem as boas práticas no uso da educação e aprendizagem, no que concerne a um desenvolvimento sustentável, a partir dos projetos enviados à Instituição e avaliados por uma comissão, que elegeu as melhores práticas de Cidade de Aprendizagem, de acordo com suas especificidades locais e focadas nas áreas correlatas estabelecidas pela UNESCO, sendo elas:

Bristol (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte), Câmara de Lobos (Portugal), Contagem (Brasil), Gelsenkirchen (Alemanha), Gizé (Egito), Hangzhou (China), Larissa (Grécia), Limerick Irlanda, Mayo-Baléo (Camarões), N'Zérékoré (Guiné), Okayama (Japão), Pécs (Hungria), Surabaya (Indonésia), Suwon (República da Coreia), Tunis (Tunísia), Villa María (Argentina).

"As cidades são atores-chave para a paz e o desenvolvimento no século seguinte - o nosso desafio é garantir que esta paz seja duradoura, que este desenvolvimento seja sustentável", afirmou Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO, na mensagem da conferência. Segundo o órgão, os vencedores estão em diferentes estágios de evolução da implementação do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida. Apresentamos a seguir, o quadro-síntese dos projetos de cada uma das cidades premiadas:

Quadro 5 - Síntese das Cidades de Aprendizagem premiadas em 2017

País	Cidade-membro	Resumo de Projeto Premiado
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Bristol	Declarou em 2016, o “Ano da Aprendizagem”. Lançou uma campanha de toda a cidade apelidada de "aprendizagem amorosa", criou um sistema promissor de monitoramento e avaliação para sua iniciativa de cidade de aprendizado.
Portugal	Câmara de Lobos	Seu projeto deu ênfase na melhoria da vida dos idosos através da criação de uma universidade seniores.
Brasil	Contagem (MG)	Tem como foco a promoção da cooperação entre os setores governamentais e a participação cidadã, a fim de desenvolver oportunidades de aprendizagem específicas.
Alemanha	Gelsenkirchen	Elaborou uma declaração assinada por mais de quarenta parceiros para promover o seu plano de cidade de aprendizagem.
Egito	Gizé	Tem ênfase no reforço da alfabetização e proporciona aos seus cidadãos incentivos para se engajarem em oportunidades de alfabetização os quais incluem educação gratuita e cuidados de saúde.
China	Hangzhou	Por ser uma das primeiras Cidades de Aprendizagem da China
Grécia	Larissa	Lançou sua conferência anual de conferências de aprendizagem em 2015. Desde então, as partes interessadas locais, nacionais e internacionais foram reunidas para discutir a iniciativa da cidade de aprendizagem.
Irlanda	Limerick	Estabeleceu um festival anual de aprendizagem ao longo da vida, que cresceu de 70 a 250 eventos gratuitos e permite que as pessoas experimentem as oportunidades de aprendizagem da cidade.
Camarões	Mayo-Baléo	A ênfase foi dada ao envolvimento dos cidadãos e o estabelecimento de comitês locais de coordenação para promover soluções de desenvolvimento ascendente e projetos educacionais tem sido encorajado.
Guiné	N'Zérékoré	Foco na sensibilização acerca da melhoria das questões de saneamento da cidade, a cidade iniciou zonas de atividade em toda a cidade e forneceu comitês de saneamento.
Japão	Okayama	Enfatizou a educação para o desenvolvimento sustentável, bem como em centros de aprendizagem comunitários e estabeleceu ferramentas de monitoramento para medir os resultados dessas atividades.
Hungria	Pécs	Iniciou um fórum para servir como uma plataforma para especialistas e partes interessadas para continuar a aprender o desenvolvimento da cidade.
Indonésia	Surabaya	Promoveu a "Abordagem Helix", que inclui o envolvimento de todas as partes interessadas para garantir que os esforços envidados na promoção de oportunidades de aprendizagem priorizem o interesse das pessoas.
República da Coreia	Suwon	Cultivou uma cultura de aprendizagem ao longo da vida liderada pelos cidadãos. A cidade estabeleceu espaços abertos em torno da cidade, que permitem que as pessoas aprendam ou ensinem outros livremente.
Tunísia	Tunis	Estabeleceu mecanismos de financiamento confiáveis para suas iniciativas de aprendizagem de cidades e lançou uma campanha contra drogas em toda a cidade.
Argentina	Villa María	Implementou uma biblioteca móvel e transformou as estradas ferroviárias desativadas em espaços culturais e de aprendizagem.

Fonte: Autora, 2018.

Analisando os projetos premiados em 2017, apresentados na tabela acima, percebe-se que cada cidade focou em uma área, que se encontrava fragilizada ou em condições de alta vulnerabilidade, e criou seu próprio *know-how*, vislumbrando a criação de estratégias baseadas em problemáticas locais, que perpassam pelas três grandes áreas abrangidas pelo Programa de Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida.

No quadro abaixo evidenciamos que existem três áreas que tiveram o foco dos projetos das cidades-destaque, em 2017:

Quadro 6 - Agrupamento por Categorias de atuação dos projetos das Cidades-destaque 2017

Quantidade de cidades	Áreas/Foco de atuação do Projeto 2017
05	Planejamento
07	Educação
03	Financiamento
01	Estrutural

Fonte: Autora,2018.

A partir dos dados expostos no quadro acima, identificamos que dos projetos premiados existem duas áreas prioritárias apresentadas, que são as de Educação e Planejamento, corroborando com a ideia de que as ferramentas fundamentais para a mudança do panorama ambiental atual e a disseminação de boas práticas em todo território, a partir das aprendizagens dos cidadãos, se dá através dessas duas ferramentas apresentadas nas áreas de foco com maior número de cidades. Ainda sobre o quadro acima, notamos que apenas uma cidade voltou seu projeto para o foco de mudanças estruturais na cidade, neste caso, tratando especificamente de saneamento básico, e mais três cidades direcionaram seus projetos para a categoria de financiamento, fato que sugere a dificuldade financeira dos municípios, como um todo, quando se trata de investimento financeiro nas áreas direcionadas pelas políticas macroestruturadoras da UNESCO. Sendo assim, estes fatos servem para sinalizar os avanços na construção da institucionalização da rede, embora estes avanços necessitem de constatação na prática.

Como destaque do continente europeu, é importante frisar a importância do projeto da Irlanda, na cidade de Limerick, na qual houve a criação de uma festival anual de aprendizagem, desde 2011, inclusive, antecipando em quatro anos os ideais defendidos pela Rede de Cidades de Aprendizagem, o qual teve seu lançamento formal em 2015. Ou seja, há

indícios de que esta cidade, de modo inovador e inédito, já apresentava os ideais e objetivos de uma Cidade de Aprendizagem, embora ainda não existisse essa nomenclatura, tampouco a formalização da Rede de Cidades de Aprendizagem, apresentando assim, indícios de que Limerick já apresentava o intuito de divulgar e disseminar boas práticas de aprendizagem, por toda a cidade, contemplando o que é preconizado pelas Características-chaves das Cidades de Aprendizagem, discutidas e implementadas posteriormente, de maneiras equitativas e inclusivas, no que concerne ao empoderamento individual, diálogo e coesão social.

Como destaque no continente africano, o Egito recebeu destaque por estar de acordo com a Característica-chave, voltada para uma aprendizagem inclusiva em um sistema educativo, quando teve como foco o reforço da alfabetização além dos incentivos aos cidadãos para se engajarem em oportunidades de alfabetização os quais incluem o estímulo à educação gratuita.

No continente asiático, houve destaque para a Coreia, com a cidade de Suwon, por também promover uma política de aprendizagem ao longo da vida, liderada pelos cidadãos eixo norteador da Política macro da Rede de Cidades de Aprendizagem e em acordo com suas características voltadas para o empoderamento individual e protagonismo local.

Na América Latina, podemos citar a cidade de Villa María, na Argentina, a qual, houve a criação de uma Biblioteca Móvel, em consonância com o que preconizam as Políticas da Rede de Cidades de Aprendizagem, quando aborda a importância da promoção de espaços de aprendizagem por toda a cidade, segundo a UNESCO (2017).

Ainda na América Latina, houve premiação ao município de Contagem, a qual teve como foco a promoção da cooperação entre os setores governamentais e a participação cidadã, tendo seu projeto premiado intitulado “Educação para todos para superar a Vulnerabilidade Social” detalhado, a seguir, conforme dados divulgados em *site* institucional da UNESCO (2017).

Como temos o intuito de estabelecer um elo comparativo entre as cidades de Jabotão dos Guararapes e Contagem, optamos por examinar os Protocolos de Adesão dessas urbes. Vale salientar que até o final desta pesquisa, o município de Jabotão dos Guararapes apresentou a UNESCO somente seu Protocolo de Adesão, e encontra-se com seu Projeto de Cidade de Aprendizagem em formulação, por isso, julgamos necessária a análise deste protocolo, tendo em vista que o mesmo apresenta a intencionalidade do município ao se vincular à Rede de Cidades de Aprendizagem.

O município de Contagem apresentou, em seu Protocolo de Adesão, a seguinte Visão e Motivação: “melhorar as possibilidades educacionais de seus habitantes e proporcionar

espaços de aprendizagem para todos. Prevê um programa de educação ao longo da vida que promova a inclusão e promova oportunidades de aprendizagem”

Desafios e áreas de apoio

“Inclusão social, Migração urbana, Racismo e intolerância, Delinquência juvenil, Aprendendo no local de trabalho e para famílias e comunidades, Desenvolvimento Econômico.”

Este município apresenta em seu Plano e Implementação: -Iniciativas de Educação Contínua: “Servidores públicos e líderes comunitários se tornarão "articuladores comunitários", que criam vínculos entre escolas e comunidades. O objetivo é aumentar a participação nas atividades escolares e comunitárias, promovendo a inclusão e apoio a estudantes desfavorecidos.”

Estabelecendo um elo de comparação com o Protocolo de Adesão do Jaboaão dos Guararapes, divulgado no *site* institucional da Rede de Cidades de Aprendizagem/UNESCO, este município apresentou:

Visão e Motivação

Promover a liderança social e o enfrentamento às questões sociais. Todas as ações estratégicas e políticas educacionais do município buscam valorizam o engajamento cívico.

Desafio e Objetivos

Otimizar as estruturas de governança.

Plano e Implementação

A cidade planeja implementar o conceito de *Learning Cities* estabelecendo um planejamento estratégico e plano de ação contínuo, incorporando as políticas de aprendizagem em seus processos de planejamento e mecanismos de avaliação de gerenciamento. A implementação do conceito será ainda mais facilitada com a descentralização das ações, estabelecendo mecanismos institucionais para aumentar a participação em todos os níveis, estabelecendo uma cultura de aprendizagem e políticas educacionais relevantes.

Comparando os Protocolos de adesão de Jaboaão dos Guararapes com a premiada cidade de Contagem, construímos o Quadro 7, com o intuito de compreender as áreas abrangidas nos Protocolos de Adesão de ambos municípios, bem como na tentativa de compreender os motivos que levaram Contagem ao título de Cidade-destaque de 2017.

Quadro 7- Resumo comparativo dos Protocolos de Adesão de Jaboatão dos Guararapes(PE) e Contagem (MG)

Jaboatão dos Guararapes (PE)	Contagem (MG)- Cidade-destaque 2017
Visão e motivação Foco: Lideranças Sociais	Visão e Motivação Foco: Espaços de Aprendizagens inclusivas
Categoria: Coesão Social	Categoria: Educação inclusiva
Plano e Implementação: Processos de Planejamento e descentralização de ações	Plano e Implementação: Iniciativas de Educação inclusiva- “articuladores comunitários”
Desafios: Estratégias de Governança	Desafios: Inclusão social e a aprendizagem no local de trabalho

Fonte: Autora, 2018

Analisando o Quadro 07, observamos que apesar de Jaboatão dos Guararapes apresentar um protocolo de adesão que considera uma das categorias preconizadas pelas Características-chave da Rede, sendo a área da Coesão social, seu plano apresenta indícios de vagas ideias a respeito da prática do conceito de *Learning Cities*. Esse fato aliado a ausência de Projeto de Cidade de Aprendizagem do Jaboatão dos Guararapes, possivelmente foram fatores que impossibilitaram a premiação deste município. Não obstante, a cidade de Contagem, de acordo com a análise do quadro acima, também enquadrou seu Protocolo a uma das categorias estabelecidas pela UNESCO, a de Educação Inclusiva, entretanto apresentou em seus objetivos ações práticas, com iniciativas realmente direcionadas a implementação de sua carta de intenção, demonstrando indícios relativos de consecução dessas ações, de modo proativo em seu território.

4.4 JABOATÃO DOS GUARARAPES ENQUANTO CIDADE DE APRENDIZAGEM

Neste tópico apresentaremos a trajetória do município de Jaboatão dos Guararapes no processo de sua vinculação à Rede de Cidades da Aprendizagem. Salientamos que, paralelamente ao início dessa pesquisa, a referida urbe ainda não havia sistematizado seu projeto de vinculação, tendo esse fato ocorrido, durante o ano de 2017.

4.4.1 DO PROCESSO DE ADESÃO

O município do Jaboatão dos Guararapes, historicamente, sofre com diversos danos ambientais, fato que corrobora com sua intenção de vinculação a uma Rede Planetária de Cidades de Aprendizagem. Por isso, a intenção dessa pesquisa é tentar analisar seu panorama

ambiental em detrimento de possíveis ações de educação ambiental que ora já se fazem vigentes neste território.

Para análise do panorama atual de como se dá a Educação Ambiental no Município do Jabotão dos Guararapes, buscou-se analisar o processo de inserção desta cidade à mencionada Rede, através de visitas e registros fotográficos de diversos bairros em situação de alta vulnerabilidade, bem como visitas e registros das escolas engajadas e já associadas à UNESCO, além de entrevistas com a gestora municipal de educação e com gestores escolares engajados nessa causa.

Percebeu-se, no início desta pesquisa, que Jabotão dos Guararapes, havia apresentado uma Carta de Intenção à Comissão de Cidades de Aprendizagem, fato que motivou sua adesão. Entretanto, não tivemos acesso a este documento, por trocas de gestor municipal resultante do último período eleitoral.

É importante salientar que desde o início deste trabalho procuramos diversos setores da Prefeitura do Jabotão dos Guararapes, e como resposta a respeito da adesão e vinculação do município à Rede de Cidades de Aprendizagem, seus representantes afirmavam que estavam em fase de transição de governos e que ainda estavam se apropriando de todos os programas, projetos e políticas que Jabotão dos Guararapes porventura estava relacionado. Esse fator dificultou um pouco o processo de coleta de dados, em virtude da prorrogação das entrevistas, registros fotográficos e demais procedimentos que necessitassem do direcionamento dos representantes da esfera municipal.

Observou-se que em tempo da terceira Conferência Internacional sobre Cidades de Aprendizagem da UNESCO, o município de Jabotão dos Guararapes ainda não havia sistematizado seu projeto e plano de ação de vinculação a Rede de Cidades da Aprendizagem, fato hoje refutado, visto que atualmente o mencionado município já o fez, conforme discutiremos no próximo tópico.

Não obstante, no *site* institucional da UNESCO há uma lista de cidades-membros, a qual apresentamos abaixo, como forma de referendar o fato de Jabotão dos Guararapes ser uma Cidade de Aprendizagem vinculada à UNESCO, conforme ilustra a figura 05 abaixo:

Figura 5- Lista de Cidades-membros da Rede de Cidades da Aprendizagem- UNESCO 2018

País	Cidade	País	População
República da Coreia	Icheon	República da Coreia	213,055
República da Coreia	Iksan	República da Coreia	310.425
Brasil	Jaboatão dos Guararapes	Brasil	644,620
República da Coreia	Jeonju	República da Coreia	653,185
República da Coreia	Jinan	República da Coreia	26.413
Brasil	Júlio Borges	Brasil	5.523
Nigéria	Estado de Kano	Nigéria	2.163.225
Irã (Republic Islâmica do Irã)	Kashan	Irã (Republic Islâmica do Irã)	500,000
Lituânia	Kaunas	Lituânia	304,097
Peru	Konya	Peru	2.130.544
Grécia	Kordelio-Evosmos	Grécia	102,000
Portugal	Lagoa	Portugal	14.442

Fonte: Site institucional da UNESCO (2018)

Conforme já fora explanado anteriormente, Jaboatão dos Guararapes apenas apresentou seu Protocolo de Adesão sistematizado, durante o decorrer desta pesquisa. No site institucional da Rede de Cidades da Aprendizagem, atualmente há a descrição deste protocolo e o foco do seu Plano e Implementação, conforme apresentam as figura 5 e figura 6 a seguir:

Figura 6: Título do Protocolo de Adesão de Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem

Jaboatão dos Guararapes, Brasil

População da cidade: 644.620

Cidade / área urbana: 256.1

Densidade populacional: Mais de 500 habitantes por km²

PIB - país: USD \$ 8.678

Número médio de anos de escolaridade: n / D

Espalhar a ideia de aprendizagem ao longo da vida e participação para todos

Jaboatão dos Guararapes é um município do estado de Pernambuco. Faz parte da área metropolitana de Recife. A cidade é um centro industrial muito importante, que hospeda empresas como Unilever e Coca-Cola.

Visão e motivação

Jaboatão dos Guararapes deseja adotar o conceito de Cidades de Aprendizagem para promover a liderança social e enfrentar questões sociais. Todas as ações estratégicas e políticas educacionais implementadas pela administração recente valorizaram e priorizaram o engajamento cívico. Os cidadãos só podem ser mobilizados com sucesso se as políticas de aprendizagem forem desenvolvidas e lançadas no município local.

JABOATÃO DOS GUARARAPES BRASIL

prefeito
Sr. Elias Gomes

Pessoa de contato
Sra. Giovanna de Melo

Email :
giovannademelo@yahoo.com ,
giovannademelo@jaboatao.pe.gov.br

CIDADES RELACIONADAS
por população

Okayama City

Fonte: UNESCO (2018)

Pode-se observar, ao analisar as imagens acima que o município de Jaboaão dos Guararapes em seu projeto de vinculação à Rede de Cidades da Aprendizagem, é apresentado como foco o engajamento cívico e a promoção da liderança social, em consonância com as Características-chaves da Rede, ao se remeter ao empoderamento individual e à coesão social.

O município apresenta como desafio a otimização das suas estruturas de governança, cujo conceito é preceituado na Rio+20, de acordo com o que já foi explanado anteriormente, nesta pesquisa.

De acordo com o Plano de Ação e Implementação deste município, é pretendido expandir o conceito de *learning cities*, ou seja, aprendizado ao longo da vida e em todos os espaços da cidade, através de mecanismos de descentralização das ações e monitoramento, evidenciando mais uma característica preconizada pelas políticas macro, no que se refere à participação, empoderamento individual e protagonismo local.

4.4.2 PANORAMA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO: FRAGILIDADES

Percebeu-se, através de visitas a diversos bairros desta urbe, que a mesma apresenta problemas ambientais bastante evidentes em áreas urbanas, tais como, contaminação de rios e lagos, descarte inadequado dos resíduos sólidos, contaminação de solos, águas, que destroem diversos ecossistemas existentes no município. Sabe-se que essas situações contribuem com a destruição de mananciais hídricos, afeta ecossistemas de maneira potencializada, contamina solos, provoca inundações e outros diversos impactos ambientais, afetando diretamente e especialmente às populações em situação de vulnerabilidade social.

Segundo dados do Instituto Trata Brasil (2018), que apresenta que Jaboaão dos Guararapes em 2017 ocupou a segunda pior colocação no que se refere ao Saneamento Básico municipal, evidencia a necessidade da existência de algumas políticas públicas de intervenção ambiental de infraestrutura e também de educação ambiental, tendo em vista a necessidade de se educar uma sociedade que foi submetida durante muitos anos à falta de saneamento, e que por isso, possivelmente fazia o trato inadequado ou ineficiente dos seus dejetos e resíduos.

Além disso, observa-se que Jaboaão dos Guararapes apresenta algumas fragilidades no trato com os resíduos sólidos domésticos. Tendo em vista que este município possui uma população com mais de seiscentas mil pessoas, conforme os dados divulgados pelo IBGE (2010), este fator corrobora com a produção acelerada de resíduos sólidos, fato que possivelmente acarreta em demasiados problemas ambientais inerentes à falta de uma Política Municipal de Resíduos Sólidos. Soma-se ainda o fato deste município ser considerado ponto

turístico, no estado de Pernambuco, especialmente pelas praias localizadas em seu território, esse fato também contribui com o aumento da poluição dos ambientes marinhos e da orla marítima.

Ao analisar as situações supracitadas, fica evidenciado que percebe-se que há diversos impactos ambientais e problemas relacionados com a saúde ambiental, recorrentes em várias áreas do território, tais como lixos dispostos de modo inadequado, canais e galerias entupidos. Essas situações reafirmam a necessidade do município manter-se vinculado à Rede de Cidades de Aprendizagem, com foco na educação ambiental, especialmente, visto que as situações de vulnerabilidade apresentadas exigem mudanças comportamentais e estruturais, conforme afirmam as características-chaves preconizadas pela Rede de Cidades de Aprendizagem.

A partir da análise dessas problemáticas, é possível perceber que existem indícios de uma crise ambiental evidente no território do município. No entanto, é salutar que se ressalte que o processo de reconstrução desse ambiente requer uma desconstrução e reestruturação do pensamento, sempre através do diálogo, da interdisciplinaridade, atuação de governança do poder local, e da coparticipação dos munícipes.

Para tanto, é imprescindível que o Município conheça a complexidade de seus problemas ambientais, como corrobora Cavalcanti (2003) afirmando que é essencial que se busque o equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente e gestão dos recursos naturais, tratando a referida gestão de modo igualitário e não apenas como um “apêndice”, como afirma o autor, ou seja, que haja uma estabilidade e sintonia entre os pilares, e que o desenvolvimento não se sobressaia, como ocorre comumente.

4.4.3 AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INICIATIVAS EXISTENTES

Em Jaboatão dos Guararapes foi constatado que, já existem algumas ações efetivadas, por diversas secretarias do município: A Secretaria de Educação, por exemplo, tem buscado parcerias junto a UNESCO, propondo-se e efetivando a vinculação do conjunto de quatro Escolas Municipais ao Selo do Programa Escolas Associadas à UNESCO (PEA's) – com tema de trabalho: Cultura de Paz e Sustentabilidade, cujos trabalhos dessas instituições deverão envolver a comunidade escolar, com o intuito de atuar em problemáticas socioambientais locais, na promoção por um ambiente sadio e socialmente justo, e serão apresentados com mais minúcias em seguida. As demais secretarias têm angariado esforços, com o intuito de mitigar os danos ora mencionados no subtópico anterior- utilizando a Educação Ambiental

Formal, tais como, a implantação do Projeto “Escolas Sustentáveis” e instalação de Núcleos de Debates Permanentes em Escolas.

Sob a ótica da Educação Ambiental Não-Formal, o município implantou o Projeto “Jogue Limpo com Jaboaão”, que se fundamenta na sensibilização dos munícipes, no porta a porta, segundo agentes de Educação Ambiental do município. Há ainda rodas de diálogo com os bairros e vilas, através do projeto “Comunidade que faz”, no qual o debate entre os *stakeholders* se dá de modo ativo, e dele resultam os planos de ação que serão implementados naquela localidade. Enfim, a Prefeitura se mostra atenta na busca por alternativas, ainda que de modo tímido, compactado e/ou isolado.

Apesar das ações, no âmbito municipal, não serem integradas, elas contribuem para mudanças efetivas de postura da sociedade em relação à natureza, visto que o indivíduo deve se apropriar do saber ambiental local, de suas problemáticas e de sua complexidade, para poder atuar, de modo efetivo e consciente, como corrobora Leff (2002), quando afirma que não se pode limitar o saber ambiental a uma ecologização das ideias, é necessário enxergar a problemática local e sua complexidade social, ambiental, econômica, especificidades, enfim, todo o arranjo daquele território, para assim, conceber uma “visão holística, sistêmica e interdisciplinar do saber”. Assim, o papel da Educação Ambiental, sob a ótica interdisciplinar pertencente a esse instrumento, é apresentar-se como estratégia de sensibilização, e promoção de mudanças e posturas diferenciadas no trato com o próximo e com o meio ambiente.

Uma das prerrogativas para uma boa atuação de Educação ambiental, especialmente no âmbito não-formal, é a descentralização desse conhecimento, com o intuito de que esse instrumento perpassa por todas as áreas do município. Para tanto, foi percebido que a Prefeitura Municipal do Jaboaão dos Guararapes dividiu-se em oito Secretarias Municipais, que são subdivididas em Secretarias Executivas- objetivando a descentralização pública, no atendimento a população de modo equitativo- citando-se aqui, apenas, aquelas que, de algum modo, articulam ou desempenham algumas ações de Educação Ambiental, de modo formal ou não-formal, em todo o território da cidade, sendo elas apresentadas no Quadro 8, que apresenta o organograma municipal das Secretarias que atuam com Educação Ambiental no Município do Jaboaão dos Guararapes:

Quadro 8: Secretarias Municipais e Executivas, que atuam com Educação Ambiental em Jaboatão dos Guararapes

Secretaria Municipal De Desenvolvimento Urbano E Sustentabilidade
Secretaria Executiva De Meio Ambiente E Gestão Urbana (Semag)
Secretaria Executiva De Desenvolvimento Econômico E Turismo (SEDETUR)
Secretaria Municipal De Desenvolvimento E Mobilização Social
Secretaria Executiva De Educação (See)
Secretaria Executiva Promoção Da Saúde (SEPS)
Secretaria Municipal De Infraestrutura E Mobilidade
Secretaria Executiva De Serviços Urbanos E Manutenção (SESURB)
Secretaria Municipal De Ordem Pública E Segurança Cidadã
Secretaria Executiva De Segurança Cidadã (SESC)

Fonte: Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes, 2016.

Foi constatado, a partir do estudo do local, que existem atividades de Educação Ambiental neste município, como retrata o Quadro 8. No entanto, nota-se que maioria das ações das secretarias supracitadas ocorre de modo isolado, com raras exceções, tendo atuação pontual, e geralmente, inexistente a articulação entre essas diversas instâncias. Sendo assim, as mesmas desenvolvem suas ações, de acordo com as demandas solicitadas e/ou na mitigação de danos evidentes, ao ambiente.

Merecem destaque as seguintes ações/projetos de educação ambiental, desenvolvidos por esses atores, conforme apresenta a Quadro 9:

Quadro 9 - Descrição das atividades de Educação Ambiental desenvolvidas em Jaboatão dos Guararapes, com respectivas Secretarias responsáveis, e breve descrição das ações.

Atividades desenvolvidas	Atores envolvidos	Descrição da atividade
1. Educação Ambiental, com foco no descarte inadequado de resíduos sólidos, na área urbana	SEMAG/ SESURB	“Jogue Limpo com Jaboatão”- atuam, de modo articulado, na identificação de Pontos Críticos de lixo, e sensibilização de moradores, comerciantes e afins, que porventura contribuem no depósito inadequado de resíduos sólidos.
2. Educação Ambiental nas Instituições de Ensino Municipais	SEMAG/ SEE	“Escolas Sustentáveis” incentiva aos docentes em sua prática pedagógica, com o tema transversal da Educação Ambiental no cotidiano escolar, contribuindo com a sensibilização dos estudantes.
3. Saúde Ambiental, com vistas à promoção da saúde do indivíduo e do ambiente.	SEPS /SEE/ SEMAG	Projeto de Combate ao <i>Aedes Aegypti</i> , com ações nas Escolas, nos Bairros, distribuição de panfletos, abordagens aos comerciantes locais, veiculação midiática, entre outros, apontando para os municípios a importância da destinação correta do resíduo sólido domiciliar.
4. Educação Ambiental na Orla Marítima do Município	SEDETUR/ SEMAG	Recorrentes durante o período do verão, com o intuito de sensibilizar os banhistas e frequentadores das praias locais, com relação ao descarte do lixo em locais inadequados.
5. Educação Ambiental na Orla Marítima do Município	SEMAG	Abordagem aos tutores dos animais, que circulam na areia das praias, infringindo, inclusive, leis locais, que proíbem o trânsito de animais domésticos ou não, na praia, sendo permitida a livre circulação desses, no calçadão.
6. Educação Ambiental em áreas de risco- Defesa Civil	SESC	Criação de Núcleo Comunitário de Defesa Civil Jovem (Nudec Jovem) em Escolas ,nas áreas em situação de risco e de desastre. São trabalhados diversos temas, como direitos humanos e prevenção de riscos socioambientais.

Fonte: Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes, 2016.

Algumas dessas ações descritas no Quadro 9, são executadas pelas secretarias responsáveis, mediante solicitação, por muitas vezes externa, ou seja, denúncias da população, ou interesse de entidades específicas, podem ser observadas na Figura 7:

Figura 7: Atividades de Educação Ambiental, implementadas em Jaboatão dos Guararapes



Educação Ambiental em comunidades



Educação Ambiental em escolas



Sensibilização ambiental no “porta a porta”



Saúde Ambiental- Ação de combate ao *Aedes Aegypti*



Educação Ambiental nas praias



Sacolas Educativas distribuídas na Orla

Fonte: Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes (2015)

Observando o panorama municipal de atuações ambientais, sejam elas através da Educação Ambiental formal ou não-formal, percebe-se que o município procura realizar ações dessa amplitude, no entanto, em geral, as atuações ambientais são pouco articuladas e muitas

vezes, pontuais, sendo incipientes, comparando-se a magnitude das problemáticas ambientais que permeiam toda a territorialidade do município.

Nesse sentido, a Educação Ambiental, como afirma Gadotti (2001) deve ser entendida como algo que se sobressai ao simples movimento ou ato de conservar a natureza, e se interliga diretamente a escolha de um modo de vida ao qual cada indivíduo opta e o qual resulta em ações concretas através da intersetorialidade e integração, capazes de promover trocas de saberes em sua atuação e apresenta-se como uma estratégia fundamental para a disseminação desse saber ambiental, em especial, quando se trata de um agir local, aproximado das pessoas, palpável e visível.

4.4.4 PAPEL DAS ESCOLAS NA CONTRIBUIÇÃO DESTAS DISCUSSÕES

Durante a pesquisa, constatamos que existem 4 (quatro) escolas que já possuem vínculo com a UNESCO, através do Programa de Escolas Associadas (PEA/UNESCO). Para complementar os dados coletados acerca da materialização da filiação nas na Rede foi elencada uma unidade educacional para se fazer um estudo mais detalhado, além de registros fotográficos, análises de projetos pedagógicos de escolas do município, realizamos entrevistas semi-estruturadas com representantes do município e professores abordando as seguintes temáticas:

- Conceituação de Rede de Cidades de Aprendizagem
- Relevância do Município de Jabotão dos Guararapes ser cidade-membro
- Identificação de projeto(s) do Jabotão dos Guararapes, enquanto Cidade de Aprendizagem.
 - Período de atuação no município
 - Percepção de projetos e/ou investimentos do município em manter-se membro da Rede de Cidades da Aprendizagem
 - Ações práticas/ projetos efetivados no município, que corroboram com a criação de Projeto de Cidade-membro da Rede de Cidades da Aprendizagem.

Essas entrevistas resultaram em informações advindas através de transcrição e análise das respostas e posicionamentos. A seguir apresentamos de forma mais detalhadas extratos das pesquisas realizadas

4.4.4.1 ENTREVISTA COM A GESTORA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Na entrevista com a Representante Municipal de Educação, nomeada **GM1**, nesta pesquisa, em novembro de 2017, no Gabinete da Secretaria Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes, com a atual gestora municipal de educação. É importante frisar que, em tempo, ainda não havia um projeto sistematizado, com ações e metas a serem alcançadas por Jaboatão dos Guararapes, na plataforma da Rede de Cidades de Aprendizagem da UNESCO. Segue abaixo a transcrição de fragmentos da entrevista, focando em pontos relacionados às questões centrais levantadas nesta pesquisa, a qual teve a finalidade de percepção do engajamento municipal no que concerne a Rede de Cidades da Aprendizagem, no município.

- **Conceituação de Rede de Cidades de Aprendizagem**

Após a apresentação inicial da pesquisadora ora nomeada **P1** e breve explanação sobre o teor e fundamentação deste trabalho, iniciamos a entrevista com a seguinte pergunta “O que a senhora entende por ‘Cidades de Aprendizagem’?”. A **GM1** relata: “estamos em processo de apropriação acerca da conceituação de “Cidades da Aprendizagem”. Enquanto gestão, já temos ciência de que o município está engajado nesta Rede”. (GESTORA MUNICIPAL 1, fragmento 0:21min)

Acerca da questão 01, apresentada a fala da representante da Secretaria de Educação, demonstra ciência da inserção na Rede, mas apresenta pouca familiaridade com a temática, fato que se dá possivelmente, em decorrência da troca de gestores municipais, ocorrida em 2017, com o processo eleitoral do período – coincidindo com o momento em que houve a efetivação da vinculação do município supracitado a Rede de Cidades de Aprendizagem - a nova equipe encontrava-se em momento de “Transição de governos”, daí a justificativa para a entrevistada **GM1** afirmar que ainda estava em processo de aquisição acerca da temática, pautada também no fato da inexistência de um projeto e/ou plano de ação, sistematizado de “Jaboatão dos Guararapes enquanto Cidade de Aprendizagem”, reafirmando a fala da gestora.

Quando indagada com a seguinte questão: “Apesar do pouco conhecimento sobre sua compreensão acerca da temática, a senhora conseguiria conceituar, ‘Rede de Cidades da Aprendizagem’?”. A **GM1** conceitua “Rede de Cidades de Aprendizagem” ao seu modo, como “uma rede planetária de trocas de ideias entre as cidades-membro, que visa colaborar com a formação de cidadãos universais, ainda mais com o incentivo da tecnologia, que retira as fronteiras entre os continentes.” Relata ainda que “através da Rede, da Globalização e da Revolução Tecnológica vigentes neste século, está sendo criado um novo perfil de estudante e

de cidadão, capaz de trocar ideias com pessoas em outros continentes, os quais podem estar vivenciando situações semelhantes às dele, formando um cidadão globalizado”. (GESTORA MUNICIPAL 1, fragmento 0:36min)

A esse respeito, concordamos com a gestora, reafirmando o que diz LEFF(2008) ao tratar de sustentabilidade e globalização como o rompimento de limites fronteiriços, fator essencial para o engajamento das Cidades de Aprendizagem, e atribuindo à tecnologia a responsabilidade de “reverter os efeitos da degradação ambiental” -buscando a formação de um novo perfil de cidade.

Ao analisarmos a resposta da **GM1**, pudemos notar que a atual gestão municipal, está em consonância com o que prediz a UNESCO, em suas Políticas Macroestruturadoras, ao conceituar que uma cidade de aprendizado é aquela que promove a aprendizagem ao longo da vida para todos e que “amplia o uso de tecnologias de aprendizagem modernas”.

- **Período de atuação no município**

Como forma de compreender o motivo do possível pouco conhecimento da gestora, acerca da temática de Rede de Cidades da Aprendizagem, em detrimento da vinculação do município em questão foi perguntado “Desde quando a senhora está a frente desse desafio de gerir a Educação o Município de Jaboaão dos Guararapes?”. A **GM1** relatou que “estou encarando este desafio desde março deste ano (2017). Tenho ciência que ainda há muito a ser feito, mas estamos dando um ‘gás novo’ à equipe, trazendo parcerias, novas ideias e projetos para vigorarem a partir de 2018. Jaboaão vai crescer muito mais!”. Assim, pudemos perceber que a entrevistada encontrava-se em um momento de aquisição de conhecimentos acerca de projetos iniciados na gestão anterior e que a mesma estava se apropriando para dar continuidade ao de natureza macro, como o da Rede de Cidades da Aprendizagem. (GESTORA MUNICIPAL, Fragmento 0:41)

De acordo com a resposta da **GM1** foi possível perceber que possivelmente houve uma ruptura de engajamento do Município com a Rede de Cidades de Aprendizagem, em virtude da troca de gestores municipais, ocorrida em 2017. Em resposta as indagações da pesquisadora **P1**, a **GM1** justifica que a nova gestão municipal encontrava-se em fase de transição de governos, e que por isso alguns projetos que haviam sido iniciados na gestão anterior haviam sido compassados em detrimento do processo de apropriação dessas informações. Entretanto, tão logo estivessem informados a respeito de todos eles, dariam

continuidade, especialmente à Rede de Cidades de Aprendizagem, visto que tratava-se de um título internacional da UNESCO.

- **Relevância do Município de Jabotão dos Guararapes ser cidade-membro**

Com relação à relevância de ser uma cidade-membro, ao ser questionada, com a pergunta “qual o sentimento do município, a partir do olhar do gestor, de estar vinculado a uma Rede de Cidades da Aprendizagem?”. A **E1** relata que a proposta de Cidades da Aprendizagem é “salutar, por proporcionar a troca de culturas e conhecimentos entre os diversos locais do mundo, além dos conhecimentos intercambiais entre os municípios, através da Rede”. A entrevistada, portanto, acredita que “estar vinculado à Rede de Cidades de Aprendizagem é uma oportunidade única para o município, por permitir que se conheçam distintas realidades, problemáticas ou não, e ainda trocar experiências exitosas para superação das fragilidades locais. Especialmente porque os próprios estudantes podem se comunicar com outros de diversos lugares do mundo, sendo uma experiência muito interessante, pois materializa uma ‘rede’, de fato. Quando os estudantes se comunicam, as barreiras são quebradas. É um outro formato de educação. Se houver uma grande adesão de ‘cidades de aprendizagem’, a gente vai ter um outro formato de estudante. Um estudante globalizado, consolidando essa ‘coisa’ de universal e planetaridade, vivida na prática, no que se refere a aprendizagem, em todas as outras culturas. Eu acho que isso é básico, é interessante, a proposta” (GESTORA MUNICIPAL, fragmento 0:56).

Sendo assim, a **GMI** reafirma as características formuladas pela UNESCO, da adesão à Rede de Cidades da Aprendizagem, nas quais um dos seus itens se refere à promoção de “uma cultura de aprendizagem ao longo da vida”, ou seja, de acordo a entrevistada e com os citados documentos, há uma mudança intrínseca de comportamento dos estudantes e dos cidadãos, os quais, através da Rede estarão entrando numa perspectiva nova de aprendizagem, por meio da universalização do conhecimento, da troca de experiências entre os cidadãos e cidades-membro. Entretanto, é importante salientar também a respeito da importância de promover essa nova aprendizagem resguardando a identidade do local, neste perfil global. Ou seja, entendemos que é de fundamental importância o engajamento de cidades à Rede, para promoção do compartilhamento pertinente entre as cidades, e bem como para diferenciá-las entre si, respeitando a identidade local. Concordamos com Gadotti(2001) neste sentido de que uma pedagogia adequada é aquela que promove aprendizagem, a partir da vida cotidiana, com

respeito e incentivo, inclusive, às diferenças entre as urbes em detrimento de suas colaborações entre si.

Segundo Gadotti (2001), a globalização e a revolução tecnológica fazem parte do cenário atual da educação, e “nesse contexto(...)devemos pensar na *educação do futuro*”. O autor ainda colabora com o conceito de “planetaridade” citado pela **GM1**, afirmando que o conceito de cidadania planetária deve ser enaltecido, através de um novo paradigma que condiz com o conceito de uma “única nação”. Ainda em sua obra “Pedagogia da Terra”, Gadotti (2001), baseado no pedagogo e filósofo Paulo Freire, em sua obra “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro”, a partir da qual é possível afirmar que a “educação do futuro” deve ser considerada a partir de categorias, dentre elas, a virtualidade e a globalização- sendo esta última responsável por “mudanças na política, economia, cultura, história... portanto também na educação”. Sendo assim, concordamos com o autor e com a gestora, quando se fala em mudança de perfil do estudante, influenciado pela gama de fatores tecnológicos recorrentes na globalização, e de como esta mesma globalização é capaz de eliminar fronteiras e permitir a existência de uma rede de aprendizado, preconizada pela UNESCO.

- **Identificação de projeto(s) do Jaboaão dos Guararapes, enquanto Cidade de Aprendizagem.**

Também foi questionado à gestora “Como o município de Jaboaão dos Guararapes efetivamente mobiliza seus recursos em todos os setores para promover a aprendizagem inclusiva do ensino básico ao ensino superior?”. A **GM1** relata no fragmento 2:41min que “veja só, nosso Município tem procurado desenvolver em nossos estudantes, o protagonismo juvenil. Posso te citar vários projetos que são desenvolvidos em diversas áreas do território e por diversos setores.” (GESTORA MUNICIPAL, fragmento 2:41)

Com esta fala, a **GM1** corrobora com mais uma característica preconizada pela UNESCO, quando trata da “promoção de uma aprendizagem revitalizada em famílias e comunidades”. Ela complementa, citando os projetos vigentes no município, que buscam promover uma aprendizagem inclusiva, no fragmento 2:59min “Temos o Projeto macro, intitulado ‘Cidade leitora’, nele são criados espaços formais, como salas de leitura e bibliotecas, nas escolas e fora delas, com o intuito de promover o acesso à leitura. Nesse projeto, temos formações ofertadas a professores readaptados, de ‘Contação de Histórias’. É uma experiência riquíssima para as escolas que são adotadas por esses projetos. Inclusive

nossos estudantes recebem uma acervo de paradidáticos eleitos por faixa etária e de acordo com o perfil da escola. Ou seja, as de áreas urbanas recebem um tipo de livrinhos enquanto que a área rural recebe outro mais específico para esse público. Então, esse é um exemplo de promoção de uma educação mais inclusiva. Com relação ao Ensino Superior, sabemos que não é de responsabilidade da esfera municipal a promoção desse aprendizado, entretanto, nós criamos parcerias com diversas faculdades e universidades, para que abram e instituem *campus* em nossa cidade. Inclusive teremos nossa primeira universidade que ofertará o curso de Medicina, na região metropolitana, com exceção da capital, Recife.” (GESTORA MUNICIPAL, fragmento 2:59)

Neste sentido, Gadotti (2001) nos presenteia com a conceituação de “ecopedagogia”, como “uma teoria da educação que promove a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana”. Concordamos com Gadotti com a **GMI**, pois a natureza da educação está intrinsecamente ligada ao cotidiano das pessoas, e deve ser promovida adequando-se as suas necessidades e condições. Sendo assim, quando a gestora afirma que há distribuição de livros e atividades correspondentes a cada perfil de cidadão, entendemos que Jaboatão dos Guararapes promove a “educação inclusiva” enaltecida pelas políticas da Rede de Cidades da Aprendizagem.

Complementamos a pergunta, de modo a compreender se no município há de fato, um projeto que contemple especificamente à Rede de Cidades da Aprendizagem. No fragmento **GMI** relata que “ainda não temos conhecimento de um projeto formalizado frente à UNESCO, no que se refere à Rede de Cidades da Aprendizagem. Entretanto, nos comprometemos a dar continuidade nessa vinculação e na manutenção deste título.” Assim, constatamos que possivelmente, no momento da entrevista, ainda não havia um projeto de “Rede de Cidades de Aprendizagem em Jaboatão dos Guararapes”. Entretanto no *site* institucional da UNESCO há um protocolo formal de adesão, conforme ilustra a figura 06, encontrada neste capítulo, no subtópico 4.4.1 que trata do “Processo de Adesão”. (GESTORA MUNICIPAL, fragmento 4:50)

- **Percepção de projetos e/ou investimentos do município em manter-se membro da Rede de Cidades da Aprendizagem**

No decorrer da entrevista, foi perguntado “Jaboatão dos Guararapes melhora a qualidade e a excelência na aprendizagem; e promove uma cultura de aprendizagem ao longo da vida? Como?”. A gestora **GMI** responde que “nosso município tem reunido esforços para

promover a educação de qualidade que nossos estudantes merecem. E nós somos privilegiados porque temos um grupo de gestores escolares muito comprometidos com a causa, que lutam por uma educação que vai além do letramento, a grosso modo e o contar, apenas. Há uma preocupação com a cidadania, que vem acontecendo nas escolas(...) A rede de Jabotão tem uma tendência por uma educação inovadora. É raro você ver uma escola que não transcenda a sala de aula. Tem sempre um *plus* para outras habilidades, introduzem o cinema, outras línguas, hortas, alimentação saudável. Há muito potencial em nosso corpo docente e em nossos estudantes. E isso é algo que temos buscado valorizar. Agora há pouco, promovemos a primeira Feira de Ciência e Tecnologia do Jabotão, e tivemos grandes apresentações, que resultaram inclusive em mais de cinco inscrições para a Feira Brasileira de Ciência e Tecnologia. E olhe que estávamos achando que só teríamos uma inscrição aceita. É possível!! Então, por que não investir nessa educação que ultrapassa os muros da escola, as fronteiras e os limites geográficos?”. Pudemos constatar esses fatos nos projetos apresentados pelas escolas, conforme apresentam as Figuras 8,9 e 10 (fotografias da escola) no próximo tópico. (GESTORA MUNICIPAL, fragmento 7:12)

Quando Gadotti (2001) nos fala sobre a “cidadania ambiental” e fala sobre o “*Glocal*” que nada mais é que a mudança de comportamento local em detrimento de uma realidade global. Assim, ele aborda exatamente do que é defendido pela **GMI**, quando diz que seu grupo de gestores procura promover uma educação que transcende os muros da escola. O autor nos aponta para uma realidade de “cidadania planetária” que contemple uma dimensão maior, *holística*, que preconize “a promoção da vida para desenvolver o *sentido da existência*”. Esses valores são acreditados e reforçados nas políticas que regem a Rede de Cidades da Aprendizagem, quando reafirmam a necessidade de uma educação para a formação do indivíduo, na promoção de uma coesão social e desenvolvimento sustentável.

Ainda nesse eixo temático, a **GMI** aponta alguns dos projetos que são vivenciados no município, que contribuem com a manutenção do título de Cidade de Aprendizagem “Temos ainda em nosso município, o Programa de “Escolas Integrais”, o qual trata da implantação de onze escolas em tempo integral, e nelas os estudantes tem acesso a um conhecimento que ultrapassa o mero cientificismo, eles têm a oportunidade de participar de oficinas diversas, como artes, música, cidadania, combate à violência- esses que me lembro. Ou seja, eles têm acesso a uma educação verdadeiramente holística, que considera a realidade local e age em cima das fragilidades da própria escola. Ou seja, a educação em si é protagonista dela mesma, nas escolas integrais, e assim acreditamos que contribuimos com a formação de um cidadão

consciente da sua realidade e apto para promover mudanças.” (GESTORA MUNICIPAL, fragmento 10:01)

Este ponto da entrevista condiz com a essência do que preconiza a Rede de Cidades da Aprendizagem, quando converge com a ideia de Osborne et al(2013) quando o autor atribui a cada cidade, a responsabilidade de perceber suas fragilidades e potencialidades, e assim promover uma governança colaborativa e criar espaços de aprendizagem em todo território. Essa governança está materializada quando a **GM1** relata da identificação das vulnerabilidades das escolas, feitas pelos estudantes e da promoção da autonomia das instituições de ensino ao remanejarem suas didáticas a fim de sanar ou minimizar essas fragilidades. Além de corroborar com “melhoria da qualidade e excelência na aprendizagem”, preconizada pela política referencial da Rede de Cidades da Aprendizagem.

Ainda sobre o eixo “Percepção de projetos e/ou investimentos do município em manter-se membro da Rede de Cidades da Aprendizagem” a **GM1** elenca mais alguns projetos vigentes no município que promovem um aprendizado ao longo da vida. Ela relata no fragmento 13:07min “temos muitos outros projetos que convergem com essa política de Rede de Aprendizagens, posso te dizer das cinco escolas que temos, em nosso município, que são vinculadas ao Programa de Escolas Associadas a UNESCO (PEA), elas também desenvolvem projetos específicos voltados as suas fragilidades locais. Há o projeto “Escolas Sustentáveis” que tem foco na formação dos docentes quanto às didáticas relacionadas à Educação Ambiental, e preconiza boas práticas de Educação Ambiental, nas escolas contempladas. Esse projeto tem uma abrangência bastante significativa, porque ele propõe mudanças de atitudes dos estudantes e dos professores no que se refere ao trato com o meio ambiente.” (GESTORA MUNICIPAL, fragmento 13:07)

Sendo assim, a **GM1** nos apresenta de modo sucinto alguns projetos que convergem como conceito difundido pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS-11) quando trata das cidades como ambientes inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Quando a gestora traz à tona os projetos voltados para inclusão do cotidiano, fragilidades e potencialidades dos estudantes e dos suas comunidades, está sendo efetivado o que defende Gadotti (2001), em sua obra *Pedagogia da Terra*, ao conceituar o termo *Pedagogia* como sendo o “trabalho de promoção da aprendizagem através de recursos necessários ao processo educativo no cotidiano das pessoas.” Ora nos posicionamos de acordo com a gestora e com os autores mencionados, visto que em seus discursos, contribuem com a efetivação de uma

cidade de aprendizagem voltada a inclusão e que tem seus cidadãos como foco do protagonismo das mudanças locais e, conseqüentemente, globais.

- **Ações práticas/ projetos efetivados no município, que corroboram com a criação de Projeto de Cidade-membro da Rede de Cidades da Aprendizagem.**

Questionamos se “O município tem pretensão em manter o título de Cidade de Aprendizagem, junto à UNESCO, e qual o maior desafio neste momento?” Segundo a **GMI** “o município tem angariado esforços para a construção do Plano de Metas necessário para manter o título de Cidade de Aprendizagem. Não está sendo fácil, pois temos que nos apropriar do que já foi conquistado e dos desafios que estamos nos propondo a enfrentar. Não temos dúvidas que ter recebido um título dessa magnitude só traz prestígio ao nosso município, e sabemos que, efetivamente já promovemos essa aprendizagem ao longo da vida. Assumimos o compromisso de procurar sistematizar todas as ações que estamos à frente e logo, logo estaremos com nosso Plano de Metas sendo apreciado, e quem sabe, premiado pela UNESCO, a nível mundial. Acreditamos que a educação é capaz de romper barreiras, diminuir diferenças e contribuir com um mundo melhor. E procuramos formar cidadãos íntegros, críticos e capazes de opinar frente às problemáticas que venham a enfrentar em suas vidas. A exemplo dessa nossa preocupação, temos procurado promover ações de “Protagonismo Juvenil” com o fortalecimento de Grêmios estudantis. Nossos estudantes sabem a força que tem, e nós confiamos no potencial deles. Esse é só o primeiro passo para a construção de uma verdadeira cidadania planetária.” (GESTORA MUNICIPAL, fragmento 17:38)

Notadamente, percebemos que a gestora municipal tem interesse em dar continuidade a vigência do Título de Cidade de Aprendizagem. Entretanto, apesar de já existir uma proposta de adesão à Rede, até a finalização desta pesquisa, o município ainda não havia proposto seu Plano de Metas para tal fim.

Ao final dessa entrevista, a **GMI** apontou algumas escolas que poderiam coletar dados, registros fotográficos e realizar entrevista com a gestão escolar e/ou corpo docente.

4.4.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA ESCOLAR EM JABOATÃO DOS GUARARAPES

Considerando a vinculação do município de Jaboaão dos Guararapes à Rede de Cidades da Aprendizagem e visando identificar no Município do Jaboaão dos Guararapes, as propostas de Educação das Escolas associadas à UNESCO, que efetivam ações práticas norteadas pela Rede de Cidades da Aprendizagem, buscou-se reconhecer dentre as escolas participantes do Programa de Escolas Associadas à UNESCO, aquela que mais se destacou no cumprimento e alcance dos objetivos da mencionada Rede.

Estas escolas foram apontadas pela Secretaria de Educação e nelas buscamos analisar aspectos relacionados a Projetos de Educação Ambiental, desenvolvimento de uma educação integral condizente com as propostas das políticas da UNESCO, e a prática do Projeto Político Pedagógico na instituição de ensino. A Escola com maior destaque, nesses aspectos, foi eleita para fazer parte dos resultados desta pesquisa, e ora é nomeada de **C1** reafirmando o compromisso de preservar a integridade desta unidade escolar.

Em visita as quatro escolas apontadas pela Secretaria de Educação do Município, elencou-se uma para acompanhamento de suas atividades durante o ano letivo de 2017.

A escola escolhida para participar deste estudo será nomeada por **C1**, com o intuito de preservar a imagem, conteúdos ou quaisquer resultados que venham a, de alguma forma, refutar a idoneidade desta comunidade escolar. Oportunamente, foram realizadas entrevistas com o objetivo de perceber o engajamento dos professores e gestores acerca da Rede de Cidades da Aprendizagem e sua vivência no âmbito escolar, realizamos ainda registros fotográficos, com o intuito de ilustrar essas práticas na rotina da instituição.

A unidade de ensino em questão é municipal, de médio porte e situada na zona rural. Atende um total de 519 estudantes oriundos da zona urbana e rural, com idades entre 8 (oito) e 60 (sessenta) anos, atendidos nas modalidades Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos, nos três turnos. Há 60 docentes e 22 funcionários.

Esta Unidade de Ensino participa, como escola-piloto, do Projeto Escolas Sustentáveis, é participante do Programa de Escolas Associadas à UNESCO, funciona em Tempo Integral, sendo considerada de Referência na Rede de Ensino Municipal.

4.4.5.1 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO FRENTE À REDE DE CIDADES DE APRENDIZAGEM

A partir da apreciação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da **C1**, disposto em via impressa, na secretaria da escola, e fornecida em mídia pela gestão da escola pôde-se perceber que a referida escola teve como temática anual, vivenciada em 2017: “Educando para a Paz e Sustentabilidade”, e apresenta como objetivo principal e fundamental: “Desenvolver a cidadania e o gosto pela brincadeira, considerando o Respeito pelo outro, A Paz e os cuidados com o Meio Ambiente”.

Ainda de acordo com o PPP, a referida escola possui os seguintes projetos implantados:

- Recreio Ambiental - com produção de jogos a partir de materiais recicláveis;
- Ensinando e Brincando: na escola, em casa, no trânsito, na comunidade e no meio ambiente;
- Cidadania Planetária – o homem rural faz parte;
- Curta nossa Horta; Sustentabilidade para a Paz;
- Protagonismo Juvenil; além de diversos projetos interculturais.
- Combate ao mosquito da dengue com oficinas de inseticidas caseiros, visita à comunidade, Olimpíadas.
- Projeto Sustentabilidade para a Paz

Elencamos apenas alguns dos projetos mais exitosos desta unidade de ensino, e assim, não poderíamos deixar de mencionar que ao final do ano de 2017 foram vivenciados ainda as seguintes ações semanais temáticas: Plantando Sementes; Formando Multiplicadores e Agentes da Paz – criação da braçadeira da paz. E as ações contínuas: Minha Escola é Lixo Zero; Projeto de Erradicação das drogas; Escola de Bombeiros-mirins; além do projeto sobre Educação Planetária.

A maior parte dessas ações pôde ser acompanhada pela pesquisadora, e mostraram resultados significativos quanto à mudança de atitudes e postura dos estudantes e dos funcionários da escola, de modo geral.

Em atendimento aos objetivos traçados pela Rede de Cidades de Aprendizagem, no

que concerne à formação de um cidadão planetário, na busca por ambientes resilientes e inclusivos, segundo as políticas macroestruturadoras da UNESCO, a **C1** realizou uma “Caminhada pela Paz” no entorno da comunidade e por bairros vizinhos, apresentando cartazes sobre práticas que estimulam a paz, com músicas e distribuição de abraços com os vizinhos e pessoas da comunidade escolar, conforme ilustram as Figuras 8,9 e 10 abaixo:

Figura 8 - Fotografias da Vivência da Caminhada da Paz na **C1**



Fonte: Autora,2017

No que concerne à formação de um cidadão planetário e promoção de uma educação sustentável preconizada pela UNESCO (2017), a Escola **C1** procurou realizar atividades de promoção destes conhecimentos, com implantação de hortas orgânicas, plantio de ervas medicinais em hortas suspensas, promovendo a busca pelo cuidado e zelo com o próximo e com o meio ambiente, como afirma Gadotti (2001) ao falar sobre a perspectiva de educação sustentável, voltada para a sobrevivência do planeta, através de uma “- Racionalidade intuitiva que desenvolve a capacidade de *atuar como um ser humano integral*”. Sendo assim, a **C1** atende a este objetivo da macropolítica, conforme ilustra a Figura 9, a seguir:

Figura 9 – Fotografias das vivências escolares relacionadas à implantação de hortas



Fonte: Autora, 2017

Com relação ao atendimento à característica-chave da Rede de Cidades de Aprendizagem, que fala sobre a promoção de “uma aprendizagem ao longo da vida” e à formação do cidadão planetário, citado por Gadotti (2001) e preconizada pela UNESCO (2017), a Escola C1 tem buscado desenvolver essa aprendizagem através do incentivo às manifestações culturais e por meio da intercâmbio entre a escola e o Consulado Francês, com a comemoração da Semana da Francofonia e criação de laboratório de Língua Francesa. Há ainda o estímulo ao resgate da cultura popular pernambucana, com aulas de Dança de Frevo e apreciação de músicas contrerâneas, conforme ilustra a Figura 10, abaixo:

Figura 10 - Fotografia da Culminância da Semana de Francofonia em alusão a intercambialidade das culturas brasileiras e francesas



Fonte: Autora, 2017

No que se refere a formação de um indivíduo crítico, e buscando a coesão social promulgada pela UNESCO (2017) em suas políticas, a Escola **C1** tem buscado formar cidadãos integrais, que busquem valorizar hábitos de cooperação e respeito com os colegas e pelo meio ambiente. Neste sentido, em 2017 a **C1** promoveu um curso de extensão aos seus estudantes, de formação em “*Bombeiros-Mirins*”, cujo intuito foi proporcionar aos estudantes, nas horas livres (finais de semana) o contato com essa profissão e incentivar a formação de valores como ética, respeito e valorização do ambiente e cuidados com a natureza. Nesse sentido, a **C1** ilustra a ideia de Gadotti(2001) quando fala da importância da educação, e em especial, da “educação comunitária e ambiental”, que se materializa nas mencionadas ações desta unidade de ensino e corroboram com as políticas que regem a Rede de Cidades de Aprendizagem. Abaixo, ilustramos essas ações na Figura 11:

Figura 11 - Fotografia da Formatura dos estudantes da **C1** do Curso de Bombeiros-Mirins



Fonte: Autora,2017

Em atendimento à “educação sustentável” preconizada por Gadotti(2001), que segundo o autor precisa ser estimulada, a partir de políticas de humanização, e ainda reiterando a promoção do “empoderamento individual” trazido pela UNESCO(2017), em suas Características-chaves para Rede de Cidades de Aprendizagem, a Escola **C1** materializa essa cidadania quando põe em prática à Oficina de “Ecoarte” e estimula o bom convívio com os projetos voltados para a cultura de paz, ilustrados nas Figura 12 abaixo:

Figura 12 - Fotografias de atividades vivenciadas na Escola **C1** com oficinas de reutilização de materiais e atividades



A partir dos registros fotográficos e visitas feitas à escola **C1**, pôde-se perceber como se dá a vivência da Educação Ambiental na *práxis* diária, considerando a transversalidade do tema Meio Ambiente, e que, não deve ser alvo de disciplinas específicas a serem trabalhadas com os discentes, decerto que deve ser abordada de forma transversal perpassando todas as matérias existentes no currículo escolar (BUENO; OLIVEIRA, 2009).

4.4.6 ENTREVISTA COM A GESTORA ESCOLA C1

No decorrer das visitas à Escola **C1**, realizamos uma entrevista semi-estruturada com a gestora escolar, aqui nomeada de **GE1**, com o intuito de identificar as proposta de Educação da Escola, no que concerne a proposta da Rede de Cidades da Aprendizagem e perceber o real engajamento desta unidade de ensino, no que se refere a esta Política.

Na entrevista realizada com a gestora escolar, foram abordadas as seguintes temáticas:

- Conhecimento da escola acerca da vinculação de Jabotão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem
- O papel da escola frente à Rede de Cidades de Aprendizagem
- Relevância do Município de Jabotão dos Guararapes ser cidade-membro
- Período de atuação no município
- Percepção da importância da escola como instrumento de propagação dos valores preconizados pela UNESCO.
- Ações práticas/ projetos efetivados na escola, que corroboram com a Política norteadora da Rede de Cidades da Aprendizagem.

Segue abaixo a transcrição de fragmentos da entrevista, focando em pontos relacionados às questões centrais levantadas nesta pesquisa, a qual teve a finalidade de percepção do engajamento municipal no que concerne a Rede de Cidades da Aprendizagem, no município.

- **Conhecimento da escola acerca da vinculação de Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem**

Foi iniciada a entrevista com a **GE1**, com o intuito de saber se a mesma tinha conhecimento acerca da adesão do município de Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem, com a pergunta feita pela **P1** “A senhora tem conhecimento acerca da política de Rede de Cidades de Aprendizagem na qual Jaboatão dos Guararapes apresentou adesão ao final de 2016?”. Obtivemos como resposta afirmativa “Sim. Tivemos conhecimento dessa adesão através do setor de relações internacionais do município, que trata conosco também a respeito do Programa de Escolas Associadas a UNESCO. Foi através dela que sabemos da vinculação e a mesma nos apresentou uma breve explicação sobre o que seria essa Rede e da importância para nosso município ao estar ligado a uma política de abrangência internacional, como é o caso da Rede de Cidades de Aprendizagem. Ela fazia parte da gestão municipal anterior e fazia essa ponte entre as escolas e as políticas públicas locais e internacionais.” De acordo com o exposto pela **GE1**, pudemos observar que na gestão municipal anterior já havia algum tipo de incentivo às escolas na contribuição com o município, no sentido de fortalecer suas ações educacionais, seguindo os preâmbulos dessas políticas. Assim, a **GE1** nos esclareceu da possível dificuldade da atual gestão em ficarem cientes dessas políticas incluídas por Jaboatão dos Guararapes, em virtude da transição de governos. No entanto essa transição não atingiu a gestão das escolas, e por isso, a gestora já apresentava conhecimento prévio pleno, de modo generalizado, acerca da Política da Rede de Cidades de Aprendizagem. (GESTORA ESCOLAR, fragmento 0:10)

- **O papel da escola frente à Rede de Cidades de Aprendizagem**

Com o intuito de identificar o sentimento da gestora escolar **GE1** de estar a frente de uma escola, que está inserida em uma cidade-membro, da Rede de Cidades da Aprendizagem, em entrevista, foi questionado pela pesquisadora **P1** “Qual é o papel da escola frente à Rede de Cidades de Aprendizagem?”. Ela responde que “o papel da escola **C1** diante da

perspectiva da Rede de Cidades da Aprendizagem é de vivenciar projetos que venham a desenvolver nos alunos a consciência de que ele faz parte do meio ambiente. Trabalhamos com ações da vertente ambiental: reaproveitamento de lixo, conhecer a comunidade do entorno, conhecer seus problemas, combate à violência, e se perceber como protagonista das mudanças que envolvem esses processos. A escola está inserida numa comunidade e ela tem que servir a essa comunidade. Ela não pode ficar a parte disso. Uma cidade de aprendizagem propõe uma educação além do ensino sistematizado, mas que se eduque para a saúde, manutenção das ferramentas, enfim, educar para numa perspectiva sustentável. (GESTORA ESCOLAR, fragmento 0:30)

Concordamos com a **GE1** quando a mesma nos traz um conceito de “educação sustentável”, de modo concomitante àquela defendida por Gadotti (2001) quando afirma que a chamada “educação sustentável” ou “educação comunitária” ou ainda nomeada pelo autor de “ecoeducação” tem uma preocupação que ultrapassa a mera relação saudável apenas com o meio ambiente, apresenta um “sentido mais profundo do que fazemos com a nossa existência, a partir da vida cotidiana.” Sendo assim, a **GE1** apresenta uma significativa contribuição, relacionando o que é defendido e outorgado pelas políticas estruturadoras da UNESCO.

- **Relevância do Município de Jabotão dos Guararapes ser cidade-membro**

Tendo por finalidade reconhecer o real sentimento de pertencimento da **GE1** a uma Cidade de Aprendizagem, foi questionado pela **P1**, sobre “Qual é a relevância de Jabotão dos Guararapes ser cidade-membro da Rede de Cidades da Aprendizagem?”. A **GE1** afirma que “é salutar. Um gestor que propõe a inscrição do seu município a uma política de tamanho alcance, tem em mente desenvolver no cidadão, atitudes que venham a fazer desta cidade, um lugar melhor: atitudes de cidadania, valores, não-violência, tratamento com as pessoas, dispor de equipamentos de cultura, esporte e lazer, e tem a intenção de que cada munícipe se enxergue como uma pessoa que de fato faz a diferença, na sua cidade, frente às problemáticas locais.” (GESTORA ESCOLAR, fragmento 2:42)

Assim pudemos perceber que a **GE1** reconhece a importância deste município estar inserido em uma política de educação internacional, como também colabora Sirkis (2005) quando traz a discussão a respeito de “ecologia urbana” afirmando que os ambientes modificados não podem ser dissociados da natureza, tampouco das problemáticas sociais. Essa ecologia urbana também é defendida pelos preceitos da UNESCO (2017) quando associa o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Bem como condiz com o que preceitua

CAPRA(1996) ao discorrer sobre “ecologia profunda” como um novo paradigma que concebe o mundo, a partir de uma visão holística, como um “todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas”. Neste sentido, os autores conversam entre si e concordamos com eles e com a gestora, reafirmando que é necessário formar um cidadão, na sua integralidade, que seja capaz de se enxergar como agente de transformação da sua realidade.

- **Período de atuação no município**

Com a finalidade de compreender o período de atuação da **GE1**, bem como perceber a importância da perenidade das políticas públicas municipais, perguntou-se a **GE1** “Há quanto tempo a senhora atua na educação deste município?”. Ela respondeu que “enquanto gestora escolar, atualmente estou há quatro anos. Como servidora da educação neste município completei 33 (trinta e três) anos de exercício da profissão.”. Complementamos com a pergunta “Você acredita, a partir de sua vivência, ao longo de todos esses anos, que esse título de Cidades de Aprendizagem vem a trazer algum tipo de benefício para o município?”. A gestora **GE1** afirma, no fragmento 3:42min que “acredito que vai trazer muitos benefícios, entretanto é preciso que haja uma maior divulgação dessa política, que ainda está muito tímida. É preciso uma sistematização, é preciso se planejar, com metodologias que ampliem a participação do público-alvo(...) sob pena de não ser mais uma adesão que ficará apenas no papel e nas intenções que ficarão na gaveta. O município precisa conscientizar seus munícipes que eles fazem parte desse projeto de ‘cidade’, que na minha visão, ainda falta muito para se atingir.” (GESTORA ESCOLAR, fragmento 3:20)

Assim como colabora a **GE1**, concordamos na necessidade de sistematização de um plano de metas, diretrizes a serem seguidas, com o intuito de engajar os munícipes, como protagonistas de sua cidade, a tomarem conhecimento dessa política e de sua real efetivação. Gadotti, quando afirma que a “cidadania planetária” é uma “cidadania integral”, ou seja, “uma cidadania ativa e plena não apenas nos direitos sociais, políticos, culturais e institucionais”.

- **Percepção da importância da escola como instrumento de propagação dos valores preconizados pela UNESCO.**

Quando se questionou pela pesquisadora **P1** “Qual o sentimento da gestora, enquanto formadora de opinião e por estar à frente de um dos instrumentos essenciais para a promoção de uma aprendizagem ao longo da vida, bem como por perceber a escola, como instrumento

colaborativo para a inserção do Município à Rede de Cidades da Aprendizagem?”, a mesma afirmou, que “sinto-me privilegiada por poder colaborar com o planeta, no através de ações práticas aqui na escola e na comunidade” afirma ainda que “a escola é um local de partilha de conhecimentos empíricos e científicos, mas que por além disso, é um lugar de formação de pessoas, de cidadãos do mundo, planetários”. (GESTORA ESCOLAR, fragmento 5:38 e 6:01)

Como corrobora Assis (2013) afirmando que a educação ambiental não deve ser trabalhado simplesmente associada com a ideia de desperdício de recursos naturais, devendo ir além em suas discussões e proposições. Deve haver a constituição de um espaço no qual prevaleça a troca de conhecimentos e vivências. Concordamos com a **GE1** e com o autor citado, e reafirmamos que a prática do cotidiano escolar é essencial para a formação de um estudante crítico e consciente do seu papel de cidadão, responsável por suas atitudes e modo de viver e conduzir suas práticas.

Questionou-se à gestora **GE1** escolar se mesma acreditava que a escola é capaz de influenciar o olhar do estudante, no que concerne ao trato com o meio ambiente. Tendo como resposta afirmativa, e complementando no fragmento 6:50 que “a escola e o professor são instrumentos poderosos para quebra de paradigmas e na construção de uma nova forma de pensar e agir”. Sendo assim, foi percebido que a escola **C1** tem procurado trabalhar valores que corroborem com o bairro, com a cidade e com o planeta- reafirmando as características-chaves que regem a Rede de Cidades da Aprendizagem. E, tendo em vista a grande influência que os professores têm em suas vidas, Balbino e Ribeiro (2015) comentam que esses atores (os docentes) são peças fundamentais para sensibilização e formação crítica dos jovens.

Perguntou-se acerca do papel da escola, na construção de uma Cidade de Aprendizagem, obtendo como resposta que “senão através da educação, por onde mais se muda uma sociedade?”. (GESTORA ESCOLAR, fragmento 7:45)

A este respeito, Chamberlain & Leandro (2013) complementam a gestora **GE1** quando afirmam que a escola é um dos locais no qual pode haver a propulsão da Educação Ambiental, através da ação ativa dos professores e uma boa receptividade por parte do alunado. Neste sentido, concordamos com a entrevistada e com os autores citados, por perceber a escola como um instrumento estratégico de disseminação de valores éticos e morais, e como principal meio de formação de uma cidadania integral e holística.

- **Ações práticas/ projetos efetivados na escola, que corroboram com a Política norteadora da Rede de Cidades da Aprendizagem.**

Foi perguntado à gestora **GE1** “Quais ações ou projetos a senhora poderia citar, que corroboram com a Política norteadora da Rede de Cidades da Aprendizagem?”, ela responde no fragmento 8:32 “olhe, temos vários projetos e ações que visam o desenvolvimento dos estudantes de modo integral ou como diz a política, com foco em ‘uma aprendizagem ao longo da vida’, posso te adiantar que em 2017, nossa escola teve como tema norteador ‘Sustentabilidade para a Paz’. E a partir dele, buscamos implementar microprojetos, uns de ação mais pontual e outros de ação contínua. Temos o ‘Recreio ambiental’ que tem como objetivo desenvolver a cidadania e o gosto pela brincadeira, considerando os cuidados com o meio ambiente, a partir de oficinas de reutilização do lixo, temos o Projeto ‘Curta Nossa Horta’ que tem por finalidade realizar o plantio de hortaliças e ervas medicinais utilizadas pelos estudantes e pelos seus responsáveis, num ‘Chá cultural’, onde eles realizam apresentações culturais, enquanto o público pode saborear os chás feitos na escola, a partir da horta”(…).

Nestes projetos citados, conseguimos identificar o conceito de “ecoalfabetização” ou “alfabetização ecológica” defendida por Capra (2005) que se propõe compreender essa interação homem-natureza para a construção e manutenção de comunidades sustentáveis. Nesse sentido, a alfabetização ecológica ou ecoalfabetização requer um pensamento sistêmico aplicado ao estudo das múltiplas relações de todos que compõe o planeta Terra, fundamentos no *saber ecológico*- que corresponde a um requisito essencial a ser incorporado à Educação Ambiental.

Ainda em resposta à pergunta inicial deste subtópico, a gestora **GE1** complementa no fragmento 10:05min que “esta escola tenta trazer projetos que estejam adequados a realidade desta comunidade, em resposta às problemáticas que os estudantes vivenciam em seu cotidiano. Não temos como dissociar o ‘estudante’ do jovem que mora na área circunvizinha, ou aquele que vem das áreas rurais para estudar e não tem as mesmas oportunidades daqueles que moram nos centros urbanos, enfim, tentamos adequar a escola aos alunos, e assim vivenciar, na prática essa educação integral, preconizada pelas políticas educacionais. A exemplo disto, temos o projeto ‘Cidadania planetária- o homem rural faz parte’, através do qual buscamos promover a aprendizagem intercultural através de uma Educação sem fronteiras, destacando a Cultura Francesa, incluindo a aprendizagem do seu idioma, como ferramenta de inclusão diferenciada no mundo do trabalho e na melhoria das relações humanitárias e sustentáveis, bem como, refletir sobre a verdadeira integração entre as pessoas, estejam elas na França ou na zona rural do Jaboatão dos Guararapes.”

A este respeito reafirmamos o que confirma Gadotti (2001) ao discorrer sobre “Cidadania Planetária” quando afirma que para que esta exista, é necessário que haja uma “democracia planetária”, e essa democracia é preconizada na escola **E1**, quando ela procurar se adequar a realidade dos estudantes e promover uma educação voltada para a realidade deles, em função das problemáticas locais, buscando formar cidadãos ativos e pensantes, ou seja, protagonistas de suas histórias.

Logo, acreditamos que uma cidade dita de Aprendizagem deve ter suas ações norteadas pelos princípios norteadores dessa Política, bem como buscar a superação dessa crise ambiental que a humanidade se encontra, defendida por Leff (2005), ao afirmar que afirmando que a degradação ambiental é oriunda não apenas da degradação das bases de sustentabilidade ecológica do processo econômico, mas sim de uma crise de civilização que questiona a racionalidade do sistema social, os valores, os modos de produção e os conhecimentos que o sustentam. Sendo assim, a escola se mostra como uma ferramenta fundamental de alicerce e disseminação de valores voltados para uma aprendizagem ao longo da vida e na formação de cidadãos empoderados do saber.

A entrevista com a **GE1** apresenta indícios de que a mesma possui conhecimento generalizado acerca das Políticas Macroestruturadoras da UNESCO sobre Rede de Cidades de Aprendizagem, tendo em vista que a mudança de gestão municipal, em decorrência das eleições de 2016, não atingiu diretamente a gestão escolar. Sendo assim, de acordo com o relatado pela mesma, ela tem procurado, junto com sua equipe, promover uma aprendizagem inclusiva e integralizadora em seu espaço escolar, com atividades que consideram as especificidades locais, bem como procuram também trazer temas relevantes de cunho ambiental para debates diários, na escola. Assim como, notamos o engajamento da Escola visitada, em vários momentos, nos quais pudemos perceber possíveis atividades que promovem o protagonismo juvenil, na formação dos seus estudantes, também corroborando com as mencionadas políticas. Por fim, a entrevista com a gestora pôde nos mostrar que possivelmente ela acredita e sabe da importância da vinculação do Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades de Aprendizagem, entretanto há indícios de escassa divulgação e incentivo, de modo sistematizado, para a sistematização e implementação desta política, de modo efetivo no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem por finalidade apresentar as considerações finais da pesquisadora, bem como apresenta como proposição final, a criação de uma Carta de recomendação ao Município de Jaboatão dos Guararapes.

Como conclusão deste estudo, pudemos perceber que, a partir da análise do processo de adesão do município de Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades da Aprendizagem, o município apresentou uma descontinuidade de engajamento desta política, em detrimento da troca de gestor municipal, ocorrida em 2017. Este fato foi um achado crucial na análise, tendo em vista que, por este motivo, possivelmente, o município não sistematizou suas ações de “cidade aprendente”, criando uma lacuna no processo de sua vinculação e permanência na Rede. Notamos ainda que, foi a partir desta pesquisa, que o gestor municipal retomou as ações da referida política, tendo em vista que lhes foram apresentadas essa temática, através das entrevistas realizadas na coleta de dados deste estudo, sendo esse fator mais um produto final disponibilizado à sociedade jaboatonense.

Consideramos que foram de essencial importância, a criação da Rede de Cidades de Aprendizagem, a qual surge da necessidade de unir os povos, através de suas cidades, e de suas atividades exitosas no que concerne ao trato com o meio ambiente, bem como o desenvolvimento econômico e justiça social. A Rede de Cidades de Aprendizagem surge dos desdobramentos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, lançados pela Agenda 2030, e também como um resultado da Rede Planetária de Educação Ambiental. Nesta Rede, as cidades podem expor projetos de “aprendizagem ao longo da vida”, do modo mais adequado e eficaz para suas realidades. Anualmente, os países signatários se reúnem e apresentam os resultados de seus Planos de Metas e apresentam a reestruturação dos mesmos, adequando as novas necessidades locais, que venham a surgir, no decorrer do tempo.

Pudemos notar que a Rede de Cidades da Aprendizagem é uma ferramenta essencial para a construção de políticas públicas ambientais locais. A mesmas devem vislumbrar a aprendizagem do cidadão ao longo da vida, de modo holístico e sustentável. As Características-chave para se tornar uma Cidade de Aprendizagem são regulamentadas e estabelecidas pela UNESCO e são inspiradas nas seguintes áreas de foco: empoderamento individual e à coesão social, desenvolvimento econômico ea prosperidade cultural; e o desenvolvimento sustentável.

A partir de levantamentos dos relatórios a UNESCO, pudemos constatar que, na última Conferência Internacional sobre Cidades De Aprendizagem da UNESCO, ocorrida em

Setembro de 2017, na Irlanda, dezesseis cidades foram premiadas pelo órgão, como destaques em ações relacionadas às Características-chaves - sendo consideradas destaques em experiências que promovem as boas práticas no uso da educação e aprendizagem, no que concerne a um desenvolvimento sustentável, dentre, sendo elas:

Bristol (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte), Câmara de Lobos (Portugal), Contagem (Brasil), Gelsenkirchen (Alemanha), Gizé (Egito), Hangzhou (China), Larissa (Grécia), Limerick Irlanda, Mayo-Baléo (Camarões), N'Zérékoré (Guiné), Okayama (Japão), Pécs (Hungria), Surabaya (Indonésia), Suwon (República da Coreia), Tunis (Tunísia), Villa María (Argentina) .

Neste sentido, detectamos que, em 2017, dezesseis cidades tiveram destaque, em áreas diversas de aprendizagem, e foi percebido, através dos dados levantados, que as duas áreas prioritárias apresentadas são de Planejamento e Educação, em onze cidades, das que receberam prêmio de destaque, as quais se apresentam como pontos positivos, corroborando com o fato de que as áreas mencionadas são ferramentas essenciais para o desenvolvimento de uma aprendizagem ao longo da vida, como preconiza a Política Macroestruturadora da UNESCO sobre Rede de Cidades de Aprendizagem.

O Município de Jaboatão dos Guararapes efetiva práticas de Educação Ambiental em seu território. Foi possível perceber que, em seu território, existem quatro escolas municipais que estão associadas à UNESCO, através da Rede PEA/UNESCO, fato que credita ao município suas intenções em efetivar políticas locais de educação e meio ambiente, frente às Políticas Públicas macroestruturadoras.

Pudemos perceber que algumas escolas e diversos setores deste município já desenvolvem ações efetivas de Educação Ambiental, já articulam entre si, ações e projetos voltados para uma prática de uma aprendizagem ao longo da vida, entretanto, notamos que essas ações são pontuais, e diversas vezes desarticuladas umas das outras, fatos que dificultam a sistematização deste município enquanto Cidade de Aprendizagem.

Evidencia-se a necessidade do aprofundamento das discussões acerca da Política de Rede de Cidades de Aprendizagem, no município, bem como é necessário que se amplie a divulgação desta política, além da real e urgente necessidade de sistematização dos projetos vivenciados no município, que devem pautar o Plano de Metas da Rede de Cidades de Aprendizagem.

Foi percebido, no decorrer desta pesquisa, que Jaboatão dos Guararapes já executa e implementa as Características-chaves difundidas pela UNESCO. Entretanto, notou-se que não há divulgação no território, dessa política, fato que acaba por esmorecer as ações que já são

efetivadas nesta urbe. Sendo assim, sugerimos, ao final deste trabalho, como proposição final, a elaboração do Plano de Metas para Rede de Cidades de Aprendizagem, a qual apresente a sugestão de uma Diretriz Municipal de Cidade de Aprendizagem, com vistas a conceber esta política, de modo perene, independentemente do gestor que esteja a frente do município, visando modificar posturas em sua sociedade, a partir de atitudes pautadas em uma prática de governança democrática, na qual, segundo Carrion e Costa (2010) essa práxis deve incorporar o tema da participação cidadã e da chamada sociedade civil, despertando valores éticos e princípios de respeito, a partir da internalização da dimensão ambiental do Jaboaão dos Guararapes, por meio de instrumentos adequados de Educação Ambiental, em sua proposta mais abrangente e holística.

Considerando a necessidade de organização e sistematização de ações que ajudem a consolidar a proposta de Rede de Cidades da Aprendizagem, sugerimos que seja elaborada uma Carta de Intencionalidade, dialogada com os gestores e professores, de modo a se fazer a consolidação dessa política, em termos oficiais, contribuindo com a sua continuidade, independentemente dos gestores que estejam à frente do município. Nesta carta de Intencionalidade, propomos que seja elaborada uma Política Municipal de Jaboaão dos Guararapes enquanto Cidade de Aprendizagem, com a finalidade de sistematização da política ora mencionada.

6. PRODUTO FINAL: CARTA DE INTENCIONALIDADE AO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES PARA CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE REDE DE CIDADES DE APRENDIZAGEM

Aos Gestores Municipais

Tendo em vista a adesão e inserção do Município de Jaboatão dos Guararapes à Rede de Cidades da Aprendizagem/UNESCO, considerando que este município apresentou apenas um Protocolo formal de Adesão à Rede, recomendamos a criação de uma Política Municipal de Cidade de Aprendizagem com seu respectivo Plano de Metas a ser executado pela cidade, a partir do momento de implementação da política.

Considerando ainda que, em detrimento da troca cíclica de gestores municipais, e as dificuldades reais de acesso às informações de ações temporizadas anteriormente, reiteramos a necessidade da criação desta Política Municipal, a fim de sistematizar as ações, metas e foco de trabalho do município, enquanto signatário da Rede de Cidades de Aprendizagem. A seguir, no Quadro 10, apresentamos a sistematização de ações, algumas delas que já são executadas, inclusive, pelo município que ora corroboram com o seu vínculo à Rede:

Quadro 10- sistematização das ações do Jaboaão dos Guararapes que corroboram com o seu vínculo à Rede de Cidades de Aprendizagem

Áreas de Atuação	Ações
Planejamento/Gestão	<p>Sistematização de ações já vivenciadas pelo município, que ora contribuem com sua vinculação à Rede de Cidades de Aprendizagem;</p> <p>Criação de Política Municipal de Rede de Cidades de Aprendizagem</p> <p>Descentralização da gestão municipal, com a criação de sete centrais de Regionais Municipais;</p> <p>Descentralização do poder executivo, com a criação de várias secretarias executivas, vinculadas a secretarias municipais;</p> <p>Criação do CONSEMMA;</p> <p>Articulação com a esfera estadual, na promoção de serviços de alta qualidade e proximidade dos cidadãos, com ações intituladas “Governo Presente”</p>
Educação	<p>Formação dos gestores escolares, para a Formulação do Projeto Político Pedagógico;</p> <p>Formação de Professores e sensibilização, com ênfase na Rede de Cidades de Aprendizagem;</p> <p>Ampliação e divulgação do Programa “Cidade Leitora”;</p> <p>Projeto Político Pedagógico que contemple ações vinculadas à Rede de Cidades de Aprendizagem;</p> <p>Ampliação do Projeto “Escolas Sustentáveis”;</p> <p>Caminhadas pela Paz e pela Sustentabilidade;</p> <p>Oficinas de Arte/EcoArte, com materiais reutilizáveis;</p> <p>Promoção de Feiras de Tecnologia e Ciência Municipais;</p> <p>Incentivo ao Protagonismo Juvenil;</p> <p>Estímulo a criação e efetivação dos Grêmios Estudantis.</p>
Meio Ambiente	<p>Educação ambiental nas escolas, através de formação com gestores, docentes e grêmios estudantis;</p> <p>Ampliação do Projeto Escolas Sustentáveis.</p> <p>Ampla divulgação de ações de Educação Ambiental, na área urbana, nas praias e nas escolas;</p> <p>Monitoramento de áreas com altos índices de resíduos domésticos.</p>

Fonte: Autora, 2018.

7. REFERÊNCIAS

ASSIS, A. R. S.. Discussão Crítica sobre educação ambiental e o ensino de biologia para a prática social. **Revista Eletrônica do curso de Geografia**, n. 21. p. 108-126,2013.

ACONTECE- Agência de Notícias do Jaboaão dos Guararapes. **Prefeitura do Jaboaão dos Guararapes**. Unesco debate Educação e Cidades da Aprendizagem em Jaboaão dos Guararapes. Disponível em: <<http://acontece.jaboatao.pe.gov.br>> Acesso em: 15 Mar. 2016.

BALBINO, M. L. C.; RIBEIRO, G. A. A.. Os métodos interdisciplinares aplicados à educação ambiental no contexto escolar: estudo de caso com professores do 5º ano do ensino fundamental das escolas estaduais de Unaí-MG. **Revista FACTU Ciência**, v. 28, ano 16, p. 27-45, 2015.

INTERNACIONAL CONFERENCE ON LEARNING CITIES, 2013. Beijing Declaration On Building Learning Cities. Lifelong Learning for All: Promoting Inclusion, Prosperity and Sustainability in Cities. Beijing, China. 2013. Disponível em :<<https://www.direitodeaprender.com.pt/artigos/declaracao-de-pequim-na-construcao-de-cidades-de-aprendizagem>> Acesso em : 10 Mar. 2016

BRASIL. **A Rio+20 e seus resultados**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/131-a-rio-20-e-seus-resultados>> Acesso em: 18 mai. 2016.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : meio ambiente, saúde. Secretaria de Educação Fundamental. **Lex:Coletânea de legislação**. Brasília, 1997

_____. Ministério do Meio Ambiente. Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. **Lex: coletânea de legislação: edição federal**. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica-Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**.- Brasília:MEC,SEB, DICEI,2013

_____. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 brasileira : ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente, MMA. Volume 1: Política Nacional de Meio Ambiente. Volume 2: Como estruturar o sistema municipal de meio ambiente. Volume 3: Planejando a intervenção ambiental no município. Volume 4: Instrumentos da gestão ambiental municipal. Volume 5: Recursos para a gestão ambiental municipal.–. Cadernos de formação. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2006.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento – 1988. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BUENO, A. C.; OLIVEIRA, E. M.. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Problemática Ambiental. **Travessias**, Paraná, v. 03, n. 01, 2009.

CAMARGO, Aspásia. **Governança para o Século 21**. In: TRIGUEIRO, André (coord.)-4. ed.-Meio ambiente no século 21:21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas, SP. Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica: o desafio para a Educação do século 21**. In: **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Coordenação: André Trigueiro – 4ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (autores associados), 2005.

_____. **A Teia da vida: Uma Nova Compreensão Científica. Dos Sistemas Vivos**. Tradução. Newton Roberval Eichenberg. Editora Cultrix. São Paulo ,2012.

CARRION, R. M. e COSTA, P. de A. Governança Democrática, Participação e Solidariedade: Entre a Retórica e a Práxis. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**. Vol. 19, n. 4, p. 621 – 640, 2010.

CMMAD – **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro,1991.

CNUMAD. **Agenda 21 Global-Capítulo 36**. Rio de Janeiro, 1992

COELHO, Pedro Motta Pinto. **O tratamento multilateral do meio ambiente: Ensaio de um novo espaço ideológico**. In: FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Orgs.). **Temas de Política Externa Brasileira II – Volume 1**. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais / Paz e Terra, 1994.

DECLARAÇÃO DE TBILISI. **Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental**.Tbilisi UNESCO, 1977.

FREIRE. Paulo. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo : Cortez, 2004.

FRUTUOSO, M. N. M. de A.; RÉGNIER, J.C. A Materialização De Políticas De Equidade E Coesão Social Nas Universidades Francesas: Estudo De Caso Da Universidade Lyon 2. **Poiésis**, Tubarão. Número Especial: Equidade e coesão social na educação superior: problemáticas e perspectivas, p. 15 – 27. França, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e Educação Sustentável**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

GAMA, S. V. G.; CARVALHO, D. T. C. CARVALHO Jr., R. P. Geografia, Planejamento Ambiental E Educação Ambiental: Entre Os Parâmetros Legais E As Práticas Reais. **Geo UERJ** - Ano 14, n. 23, v. 2, p. 524-551. Rio de Janeiro, 2012

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n.3. Rio de Janeiro, set. 2012.

HISTÓRIA DA CIDADE: Jaboatão dos Guararapes. Disponível em <<http://jaboatao.pe.gov.br/historia-da-cidade>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

HOBELINK, H. La Cumbre de la Tierra: ¿un éxito o un fracaso? In: FUNDACIO CIDOB (1993): **Anuario Internacional CIDOB 1992**. Cambios y Actores en la FCCXRealidad Internacional. Algunas Claves para Interpretaciones. Barcelona, Fundació CIDOB, 1992. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/AnuarioCIDOB/article/viewFile/33403/251686> Acesso em: 10 abril 2016.

HOLDEN, Erling ;LINNERUD, Kristin; BANISTER, David. Sustainable development: Our Common Future revisited. **Global Environmental Change**, v. 26, p. 130–139, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE-CIDADES**. Disponível em:<<www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Novo Ranking do Saneamento Básico mostra pouco avanço e que o Brasil ainda despeja quase 6 mil piscinas olímpicas por dia de esgotos sem tratamento na natureza**. Disponível em <<http://tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2018>>. Acesso em 02 mai. 2018.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. Lei nº267, de 14 de setembro de 2004. **Sistema de Leis Municipais**, Jaboatão dos Guararapes, PE. 18 de julho de 2011. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a/pe/j/jaboatao-dos-guararapes>> Acesso em: 08 jul. 2018.

JACOBI, P.R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

LUIS E. S.; PETER C.; Environmental Impact Assessment, From Rio-92 To Rio+20 And Beyond. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XV, n. 3, p. 41-54, set.-dez. 2012.

ANDRÉ, M. E.; DALMAZO, A. de. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. **Liberlivros**, p. 7-70. Brasília, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. **Hucitec**, 11ª ed, São Paulo: 2008.

_____, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEDROSA, Jéssica. **Case Study on Building Learning Cities Sorocaba/SP – Brazil**. 2ª Conferência Internacional sobre Cidades Aprendizagem. Cidade do México, 2015.

Philippi Jr. et al. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e Ciências Ambientais. **RBPG**, Brasília, v. 10, n. 21, p. 509 - 533, out. 2013.

PNUMA.PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE
Perspectivas del medio ambiente urbano en América Latina y el Caribe: las evaluaciones GEO Ciudades y sus resultados, p. 127, México, 2002.

SIRKIS, A. O desafio ecológico das Cidades. In: **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Coordenação: André Trigreiro – 4ed. Armazém do Ipê (autores associados), Campinas, São Paulo, 2005.

OSBORNE, Michael. KEARNS, Peter. YANG, Jin. Learning cities: Developing inclusive, prosperous and sustainable urban communities. **Springer Science+Business Media Dordrecht and UNESCO Institute for Lifelong Learning**, 2013.

ONU. **Transformando o mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Fórum Global das Organizações Não Governamentais. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Brasil, 2015.

_____. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>> Acesso em 15 mar. 2016

_____. **Programa de Escolas Associadas A UNESCO-PEA**. Disponível em <<http://www.peaunesco.com.br/associadas.htm>> Acesso em Jan. 2018.

_____. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030**. ONU. Brasil, 2016

PHILIPPI JR, Arlindo *et al.* Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e, Ciências Ambientais. **RBPG**, v. 10, n. 21, p. 509 - 533, Brasília, out. 2013.

PlanTEA. **Rede Planetária Do Tratado de Educação Ambiental. Marcos Históricos**. Disponível em: <<https://redeplantea.wordpress.com>> Acesso em: 10 mai. 2016.

PEREIRA, A.C.G.T; RIBEIRO, A. SANTANA D. S. **GUIA DO PROFESSOR- Instrumentos e Práticas para a Educação Ambiental nas Escolas do Jaboatão dos Guararapes**. Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. 2015.

SCHAMBERLAIN, Nayane de Abreu; LEANDRO, Zilda Ferreira. Os PCN's e os Projetos de Educação Ambiental nas Escolas de Campos de Mourão. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO. 5. 2013, Campo Mourão. *Anais...* Campo Mourão, Paraná, 2013.

UNESCO. **2da Conferencia Internacional sobre Ciudades del Aprendizaje. La Construcción de Ciudades del Aprendizaje Sostenibles.** Del 7 al 9 de mayo de 2015, Ciudad de México, México

_____. **Red Mundial de Ciudades del Aprendizaje de la UNESCO.** Documentos guía. Instituto de la UNESCO, 2015. Disponível em < <http://uil.unesco.org/lifelong-learning/learning-cities>> Acesso em: 05 Jan. 2018.

_____. **PEA. O que é o PEA?** Disponível em: < <http://www.peaunesco.com.br/oqueeo pea.htm>> Acesso em: 25 mai. 2016.

UNESCO. **Learning Cities.** Disponível em < <http://uil.unesco.org/lifelong-learning/learning-cities>> Acesso em: 05 Jan. de 2018.

UNESCO. Ciudades del Aprendizaje y los ODS: una Guía de Acción. **Instituto de la UNESCO para el Aprendizaje a lo Largo de Toda la Vida (UIL)**, Hamburgo, 2017.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Cad. EBAPE**, v. 10, n. 3, art. 1, p. 471-491, Rio de Janeiro, Set. 2012.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

ANEXOS

ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL

- 1) Você sabe o que é a Rede de Cidades da Aprendizagem?
- 2) As escolas do Jabotão promovem uma “Aprendizagem ao longo da vida”?
- 3) Jabotão efetivamente mobiliza seus recursos em todos os setores para promover a aprendizagem inclusiva do ensino básico ao ensino superior? Como?
- 4) Este município facilita a aprendizagem para e no local de trabalho? Como?
- 5) Amplia o uso de tecnologias de aprendizagem modernas?
- 6) melhora a qualidade e a excelência na aprendizagem; e promove uma cultura de aprendizagem ao longo da vida?
- 7) Você teria exemplos práticos dessas ações no município, em escolas ou mesmo com ações mais pontuais, as quais promovam essa Aprendizagem ao Longo da Vida?

ENTREVISTA COM AS ESCOLAS

- 1) O que você compreende por “Aprendizagem ao Longo da Vida”?
- 2) Você considera que esta Instituição de Ensino colabora para uma “Aprendizagem ao longo da vida”?
- 3) Quais ações ou projetos são efetivadas nesta Instituição de Ensino contribuem com a formação de um indivíduo multidisciplinar, ou seja, que considere aspectos educacionais, ambientais, econômicos?
- 4) Você acredita que a Escola consegue mudar ou influenciar o olhar dos estudantes, no que concerne ao trato com o meio ambiente? Como?
- 5) Qual o papel da escola na construção de uma “Cidade da Aprendizagem”, a qual considere os aspectos humanos, da resiliência, da segurança e da Sustentabilidade?